

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2024

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL (SPS), com sede na Rua Soriano Albuquerque, nº 230 – Joaquim Távora, Fortaleza-CE, CEP nº 60.130-160, por meio da Comissão de Seleção constituída através da Portaria nº 481/2023, publicada no Diário Oficial do dia 5 de dezembro de 2023, torna público o presente Edital com o objetivo de selecionar Organização(ões) da Sociedade Civil (OSC) para execução de programa(s) ou projeto(s) parametrizado(s) pela SPS, através de Termo de Colaboração, no âmbito da Secretaria-Executiva da Infância, Família e Combate à Fome.

### 1 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**1.1** Além da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, da Constituição Estadual e da Lei Ordinária Estadual nº 15.175/2012, e do processo nº 47001.012496/2023-12, o presente edital tem como fundamento:

- a) a Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações;
- b) a Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações;
- c) o Decreto Estadual nº 32.810/2018 e suas alterações;
- d) a Lei Estadual 18.430/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2024); e
- e) as demais legislações aplicáveis à política pública de que trata este instrumento convocatório.

### 2 DO OBJETO

**2.1** Constitui objeto deste Edital selecionar Organização(ões) da Sociedade Civil – OSC's a fim de estabelecer mútua cooperação com a SPS para execução de ações finalísticas continuadas de apoio à SPS na operacionalização do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, no assessoramento aos municípios, na capacitação das equipes estadual e municipais responsáveis pela operacionalização e acompanhamento das famílias beneficiadas pelos programas da SPS, em especial o combate à fome, observando o que consta no Edital.

**2.2** A(s) OSC(s) interessada(s) poderá(ão) apresentar proposta de execução para os seguintes lotes:

**Tabela 1**

POLÍTICA PÚBLICA	LOTE	PROJETO / PROGRAMA	PÚBLICO-ALVO	VALOR DE REFERÊNCIA	PRAZO DE EXECUÇÃO
Segurança Alimentar e Nutricional	Lote 01	Monitoramento, avaliação e desenvolvimento de ações de apoio à SPS na operacionalização do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, no assessoramento aos municípios, na capacitação das equipes estadual e	1 - Famílias beneficiadas com o Cartão-Alimentação do Programa Ceará Sem Fome e do Cartão Mais Infância, Cartão-Alimentação do Programa Ceará Sem Fome, Programa Mais Nutrição e Vale-gás; 2 - Trabalhadores do SUAS das equipes estadual e municipais;	R\$ 1.924.621,89	12 meses a partir da celebração

		<p>municipais responsáveis pela operacionalização e o acompanhamento das famílias beneficiadas pelos programas da SPS, em especial o combate à fome.</p>	<p>3 - Agentes Sociais Mais Infância que atuam nos municípios, junto às famílias do Cartão Mais Infância Ceará, Cartão-Alimentação do Programa Ceará Sem Fome e Vale-gás;</p> <p>4 - Trabalhadores, gestores, conselheiros e demais agentes públicos da política de segurança alimentar e nutricional e da rede Socioassistencial;</p> <p>5 - Operadores do Programa Mais Nutrição Ceará e dos projetos da política de segurança alimentar e nutricional do Estado.</p>		
Segurança Alimentar e Nutricional	Lote 02	Operacionalização e monitoramento de ações continuadas na gestão e execução de Programas Estaduais de Enfrentamento à Fome e de políticas públicas Federais executados no Estado do Ceará, no âmbito da Proteção Social.	Trabalhadores, gestores, conselheiros e demais agentes públicos da rede socioassistencial, operadores dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de transferência de renda e usuários do SUAS.	R\$ 2.040.639,45	12 meses a partir da celebração

**2.3.** Os recursos destinados à execução da(s) parceria(s) de que trata(m) este Edital são provenientes do orçamento da Secretaria da Proteção Social (SPS), por meio do **PROGRAMA 141 - Gestão e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional**, na **REGIÃO 03 (Fortaleza)**, de acordo com a(s) classificação(ões) orçamentária(s) abaixo, sem prejuízo da inclusão de outras eventualmente criadas ou modificadas:

**47100016.08.244.181.11647.03.335041.1.665.2200082.1.4.01.**

**2.4.** As ações que serão objeto dos Termos de Colaboração têm natureza contínua, com os resultados previstos no PPA 2024-2027.

### 3. DA JUSTIFICATIVA

Diante do grave cenário de insegurança alimentar que ainda vem afetando a vida da população brasileira, especificamente a cearense, apresenta-se esse Projeto para implementar e apoiar as ações da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional que tem como uma das principais competências garantir o acesso à alimentação à população mais vulnerável. É fundamental que medidas sejam tomadas em parceria entre o estado, municípios e sociedade civil na perspectiva da defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada, da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em articulação com a Assistência Social.

A recente criação da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional, vinculada a também recente criada Secretaria-Executiva da Família, Infância e Combate à Fome, no âmbito da Secretaria de Proteção social, tem como as principais atribuições:

- Coordenar a elaboração de Programas e Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Coordenar, monitorar e avaliar a operacionalização de programas e projetos de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Articular as secretarias setoriais para a implantação e implementação da Política Estadual e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Articular as políticas e os programas dos governos estadual e municipais e as ações da sociedade civil ligadas a segurança alimentar e nutricional e ao desenvolvimento social e agrário, à renda de cidadania e à assistência social;
- Coordenar a avaliação e supervisão do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, de programas e de projetos relativos à área de segurança alimentar e nutricional e ainda as áreas desenvolvimento social, de renda de cidadania e de assistência social, afetas a segurança alimentar e nutricional;
- Apoiar e participar das Conferências e Eventos de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Articular a provisão de serviços, programas, projetos e benefícios de Segurança Alimentar e Nutricional a indivíduos e grupos vulnerabilizados pela condição de insegurança alimentar, de pobreza e exclusão social.
- Coordenar a implementação do Pacto para Segurança Alimentar ou Alimentação Saudável no Estado;
- Promover o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional com base no que preconiza a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Apoiar, fortalecer e colaborar com as políticas públicas através de ações, programas e projetos direcionados às distintas realidades territoriais e especificidades histórico-culturais de grupos populacionais tradicionais e vulneráveis, de povos originários, tradicionais em situação de vulnerabilidade;
- Conhecer e divulgar ações e práticas bem-sucedidas na área de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Apoiar a Coordenação da Câmara Intersetorial de SAN – CAISAN-Ce;
- Articular a realização de estudos e pesquisas, sistematização e divulgação das informações relativas à execução das ações de superação da pobreza e no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional;
- Promover a gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional por meio da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Ceará;
- Instituir processos permanentes de educação alimentar e nutricional junto a gestores, aos profissionais manipuladores de alimentos, entidades da rede socioassistencial e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Frente essas atribuições e em face ao momento de crise econômica vivenciado no país nos últimos anos, associado a um desmonte dos sistemas de Saúde e da proteção social, e ainda

retrocessos de vários programas de Segurança Alimentar e Nutricional, como também aumento da extrema pobreza, em que o cenário tornou-se ainda mais agravante; espera-se que a gestão da SPS possa contribuir com o enfrentamento desse grave quadro social por meio das ações dessa coordenadoria.

Ressalta-se que, Políticas voltadas para agricultura familiar, produção e acesso a alimentos, principalmente voltados para povos e comunidades tradicionais sofreram também drásticas reduções, sendo importante articulação permanente e sistemática com outras secretarias de governo, por meio da Câmara Intersectorial de San-CAISAN, para fomentar ações de resgate dessas políticas.

Ao evidenciar, ainda, essa situação, tanto a pandemia como outras situações emergenciais, mas principalmente o desmonte das políticas públicas nos últimos anos, sinalizam a urgência de direcionamento para abordagem focadas em políticas públicas de direitos humanos. No caso do DHAA, significa garantir que todas as pessoas, especialmente aquelas que encontram com maior dificuldade de garantir esse direito, tendo acesso a alimentos adequados e saudáveis. E que esses alimentos precisam estar disponíveis, até que essas famílias mais vulneráveis, público-alvo da Coordenadoria, sejam capazes de os assegurar por si mesma, a sua autonomia no acesso aos mesmos.

Dados recentes, sinalizaram que grande parte da população, inclusive a cearense, apresentava insegurança alimentar. Segundo a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA) a fome é quando há insegurança alimentar grave ou quando alguém não se alimenta durante o dia por escassez de recurso financeiro para a compra de alimento.

De acordo com 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil publicado em junho 2022, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer, o mesmo revela que são mais 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano, mostrando também que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). Contextualizando os dados apresentados no nosso estado, estes foram:

- 26,3% da população vive em uma insegurança alimentar grave, quando a família sente fome e não se alimenta por falta de dinheiro,
- 26,3% apresentam insegurança alimentar moderada;
- 29,3% identificados com insegurança alimentar leve;
- E somente 18,2% apresentam segurança alimentar.

Outra fonte de estudos refere-se a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE no Ceará, cujos dados mostram que a insegurança alimentar e nutricional, no período de 2018 a 2019e divulgada em 2020, está presente, em moradias no meio rural e nos centros urbanos, sinalizam que havia no Ceará, 1,3 milhão de domicílios em situação de insegurança alimentar, em seus diferentes níveis: leve, moderada ou grave.

E, ainda, conforme os dados do documento Análise da (In)segurança Alimentar do Ceará, a partir dos dados da Pesquisa Regional por Amostra de Domicílios do estado do Ceará – PRAD, publicada no início de 2021, com dados coletados em 2019, pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), registrou que 44,2% dos domicílios obtiveram índice de insegurança alimentar em algum grau. No citado documento aparece que na zona rural o percentual de segurança alimentar é de 46,8%, percentual inferior ao apresentado na zona urbana que é de 58,3%. Ou seja, nas cidades as pessoas apresentam melhor situação de segurança alimentar.

Isso posto, frente a esses dados, apresenta-se este Projeto, tendo como subsídio legal para consubstanciar suas ações o seguinte embasamento legal no tocante as políticas de Assistência Social e da Segurança Alimentar e nutricional:

- a **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993** - Lei Orgânica de Assistência Social – Loas que estabelece a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, enquanto Política de Seguridade Social não contributiva, para garantir o atendimento às necessidades básicas que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.

As responsabilidades dos entes federados estadual e municipal encontram-se especificadas na política de assistência social estabelecidas na **Lei Orgânica de Assistência Social – Loas e Norma Operacional Básica – NOB/ SUAS – e ainda o que preceitua o Sistema de Segurança Alimentar - SISAN e a LOSAN.**

- A **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº. 11.346/2006)**, que cria o SISAAN e garante a alimentação adequada como Direito fundamental ao ser humano, estando ainda definida no artigo 30 da citada lei como: " a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base as práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômico e socialmente sustentáveis".  
A LOSAN estabelece conceitos, princípios, diretrizes, objetivos e composição do SISAAN, por meio do qual o poder público com a participação das esferas , destacando se aqui as esferas estadual e municipais e ainda articulada a sociedade civil , formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas assegurar o direito humano a alimentação adequada.
- Esta Lei representa uma concepção abrangente e intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, compreendendo-a como um direito humano fundamental, representando um grande passo para rompermos a fome, a desnutrição, e tantos outros males que recaem sobre o país.

O Estado do Ceará no ano de 2012 aderiu ao SISAAN, e vinha ao longo dos anos avançando na elaboração de seus marcos regulatórios e funcionamento dos componentes do SISAAN, tais como: LOSAN Estadual, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA – Ce), Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN – Ce) e elaboração de Planos de Segurança Alimentar e Nutricional, passando assim a atuar de forma mais eficaz, com relação aos programas/projetos e ações no Estado. No entanto, com o corte orçamentário, indefinições quanto a política de San, e falta de investimento sistemático em políticas públicas de enfrentamento a insegurança alimentar, passou a contribuir com o aumento de indicadores referente a fome, tendo ainda, como foi dito, o registro da recente pandemia do Coronavírus que acelerou o agravamento da situação de INSAN.

Registra-se que devido ao aumento da pobreza e consequentemente da Insegurança Alimentar, principalmente a Insegurança alimentar grave, apresenta-se a necessidade de investir na família, e seus integrantes, com destaque para o foco direcionado as famílias com crianças pequenas, na medida em que a fome ainda é mais grave quando ocorre na primeira infância. Gerando prejuízos psicomotores, menor aproveitamento escolar, e interfere na capacidade produtiva na vida adulta.

A SPS, como Secretaria gestora da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, propõe-se também a desenvolver ações de capacitação para os gestores e equipes técnicas Municipais, abordando conteúdos importantes para fortalecimento da política de segurança alimentar e do diálogo entre os dois sistemas: Suas e Sisan.

Pretende-se também fomentar a troca de informações e experiências entre os municípios facilitando o planejamento para a operacionalização dos serviços e favorecendo a superação de dificuldades que possam limitar os resultados e benefícios esperados.

O projeto se dará também por meio de parcerias entre o Governo do Estado por meio da Secretaria e Proteção Social e poder publico municipal . A SPS será responsável pela coordenação técnica, apoio financeiro, capacitação monitoramento e avaliação de algumas ações, e as equipes municipais serão responsáveis pela co-gestão e execução.



Tais contribuições refletirão em importantes resultados relacionados à melhoria da segurança alimentar e redução da fome da população, reduzindo assim a Insegurança Alimentar e Nutricional dessa população mais vulnerável socialmente.

Por fim, o Projeto visa desenvolver e alcançar os seguintes resultados:

- a. Fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional -SISAN;
- b. Adesão dos Municípios ao SISAN;
- c. Fortalecimento da CAISAN-Ceará;
- d. Fortalecimento dos Conselhos Municipais de SAN;
- e. V- Elaboração e Monitoramento de Plano Estadual de SAN;
- f. Apoio aos municípios, no atendimento às famílias em extrema pobreza e vulnerabilidade social, com acesso emergencial a alimentação e políticas estruturantes;
- g. Desenvolvimento de hábitos saudáveis de alimentação e consumo consciente por meio de ações de capacitação para os gestores, equipes municipais e famílias assistidas abordando conteúdos na temática de segurança alimentar, boas práticas, hábitos saudáveis de alimentação;
- h. Articulação para garantia da oferta prioritária de serviços socioassistenciais para as famílias e pessoas beneficiárias, assegurando articulação, e integração aos programas, projetos, benefícios e programas de transferência de renda do Suas e também da Política de Segurança alimentar e Nutricional;
- i. Criação de janelas de oportunidades para o atendimento intersetorial, multidisciplinar e multidimensional das famílias;
- j. Intersetorialidade e multidimensionalidade no acompanhamento e atendimento, especialmente, entre as políticas setoriais de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde e educação;
- k. Busca ativa das famílias e indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- l. Formação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, estadual e municipais para exercer o controle social, monitoramento e acompanhamento do Projeto;
- m. Desenvolvimento de atribuições complementares entre os entes federados estadual e municipal;
- n. Contribuir para o fortalecimento das equipes de referência;
- o. Construir a normatização e padronização da gestão das ações, garantindo um eficaz e efetivo atendimento e monitoramento das famílias e pessoas assistidas;
- p. Assegurar a articulação e integração dos serviços, programas, projetos, benefícios e programas de transferência de renda do SUAS e do SISAN; e
- q. Assegurar a adoção de estratégias de articulação entre a rede socioassistencial, a segurança alimentar, a educação e a saúde com vistas ao acesso das famílias ao acompanhamento nutricional, a vacinação das crianças, bem como seu acesso a vários programas e ações complementares.

Desse modo, o Estado vem apoiando as ações de enfrentamento à fome, adotando como instrumento de formalização de parcerias, os Termos de Colaboração, conforme estabelece a Lei 13.019/2014, Lei 13.204/2015 e Decreto Estadual nº 32.810/2018. A partir desses Termos de Colaboração, as OSCs que são reconhecidas por sua expertise, podem executar políticas públicas em complementação à atuação do Estado, com parâmetros definidos pela Administração Pública resultando numa gestão mais participativa, democrática e transparente.

Considerando o exposto acima, justifica-se a proposição do Edital de Chamamento Público 07/2024 para a execução das ações.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO

**4.1.** Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil que se enquadrem na definição dada pelo art. 2º, I, da Lei Federal nº 13.019/2014, e que os atos constitutivos contenham a previsão de finalidade ou atividade compatível com a proposta apresentada.

**4.2.** Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

a) estar cadastrada no e-Parcerias, através do endereço eletrônico: <http://e-parcerias.cge.ce.gov.br>, devendo tal condição ser comprovada através de Certidão de Regularidade e Adimplência emitido pelo citado sistema, a ser apresentada no momento da entrega da proposta;

b) declarar, conforme modelo constante no **ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**, que está ciente e concorda com as disposições previstas no presente Edital e seus anexos, bem como que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção, devendo tal documento ser apresentado no momento da entrega da proposta;

c) apresentar proposta e documentos de avaliação exigidos no item 6.4.1.1, contendo informações que atendam aos itens e seus respectivos critérios de julgamento estabelecidos na Matriz de avaliação constante no **ANEXO II**, às exigências contidas no item 6.4.5 deste edital e ao **ANEXO III – REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA**.

**4.3.** Compete à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE) a validação do cadastramento de parceiro de que trata a alínea “a” do item 4.2, não possuindo a SPS ingerência sobre o citado cadastro, cabendo **exclusivamente** à OSC, com a máxima antecedência, providenciar as diligências necessárias à finalização, além da manutenção de suas informações cadastrais atualizadas.

**4.4.** Será celebrado apenas 1 (um) Termo de Colaboração para o lote indicado no item 2.2 deste Edital.

**4.5.** Não é permitida a atuação em rede.

**4.6.** A participação no presente Edital é gratuita, cabendo ao proponente arcar com todos os custos decorrentes da elaboração da(s) proposta(s) e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da SPS.

#### 5. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

**5.1.** A Comissão Institucional de Credenciamento e Avaliação de Projetos – CICAP é o colegiado destinado a processar e julgar o presente Edital de Chamamento Público, sendo composta por, no mínimo, 3 (três) membros, detentores de capacidade técnica, sendo pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública estadual.

**5.2.** A Comissão é investida de autonomia e independência quanto às suas avaliações, as quais serão feitas em conformidade com a Matriz de Avaliação, constante do **ANEXO II**.

**5.3.** Deverá se declarar impedido o membro da Comissão que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse.

**5.3.1.** A declaração de impedimento de membro da Comissão não obsta a continuidade do processo de seleção.

**5.3.2.** Configurado o impedimento, deverá ser designado, através de Portaria, membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.

**5.4.** Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro deste colegiado.

**5.5.** A Comissão poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas OSCs concorrentes, para verificar o seu desempenho no sistema e-Parcerias ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

## 6. DA FASE DE SELEÇÃO

**6.1.** O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

**6.2.** A fase de seleção observará as seguintes etapas:

**Tabela 2**

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
01	Divulgação do Edital de Chamamento Público (Decreto Estadual 32.810/2018, art. 21, <i>caput</i> )	15/03 a 15/04/2024
02	Envio das propostas pelas OSCs (Decreto Estadual 32.810/2018, art. 21, §1º)	16/04 a 03/05/2024
03	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção	06/05 a 22/05/2024
04	Divulgação do resultado preliminar	23/05/2024
05	Interposição de recursos contra o resultado preliminar (Decreto Estadual 32.810/2018, art. 29)	24/05 a 29/05/2024
06	Divulgação das interposições dos recursos	30/05/2024
07	Interposição de contrarrazões (Decreto Estadual 32.810/2018, art. 29)	31/05 a 10/06/2024
08	Análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção (Decreto Estadual 32.810/2018, art. 29, §1º)	11/06 a 24/06/2024
09	Divulgação da análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção	25/06/2024
10	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção	25/06/2024
11	Etapa de Celebração (Decreto Estadual nº 32.810/2018, art. 44)	<b>26/06/2024 a 26/07/2024</b>

### 6.3. Etapa 1: Divulgação do Edital de Chamamento Público

**6.3.1.** O presente Edital será divulgado na página do sítio eletrônico oficial da Secretaria da Proteção Social – SPS: [www.sps.ce.gov.br](http://www.sps.ce.gov.br), em área específica destinada ao Edital de Chamamento Público, por 30 (trinta) dias contados da data de divulgação do Edital.

### 6.4. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs

**6.4.1.** O prazo para apresentação de propostas e documentos de avaliação será de 15 (quinze) dias, contado do fim do prazo de divulgação do Edital.

**6.4.1.1.** Para os fins deste Edital, são os documentos de avaliação:

- a) a Certidão de Regularidade e Adimplência, a fim de comprovar tão somente o cadastro no e-parcerias;
- b) a Declaração de Ciência e Concordância, de acordo com o modelo constante do **ANEXO I**;
- c) o detalhamento das despesas, inclusive os custos indiretos, através de memória de cálculo, contendo a descrição dos itens a serem contratados ou adquiridos com recurso da parceria, a unidade de medida correspondente, a quantidade, o valor unitário, o valor total do item e a natureza da despesa, em conformidade com a parametrização de custos constante do **ANEXO III – REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA**;
- d) a Ata de eleição e posse do quadro dirigente atual da OSC;
- e) o portfólio da OSC, contendo a comprovação documental das experiências relativas ao item (D) da Matriz de Avaliação e a descrição minuciosa destas, das atividades ou projetos desenvolvidos, sua



duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados e impactos alcançados, dentre outras informações relevantes;

f) comprovação de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e o Comprovante de Entrega de Documentação Anual, referente ao ano de 2023. A entidade deverá ser, portanto, de Assistência Social;

g) declaração do (a) Secretário (a) Municipal de Assistência Social, acerca da inserção da entidade no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações da Assistência Social – CNEAS – Resolução Nº 04/2014.

**6.4.2.** A proposta e os documentos de avaliação deverão ser entregues pessoalmente no **Setor de Protocolo da SPS**, obedecendo os prazos estabelecidos neste edital, Tabela 2, em envelope fechado com identificação da OSC e meios de contato, com o título **“Proposta – Edital de Chamamento Público nº 07/2024** no seguinte endereço: Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora, Fortaleza –CE, CEP nº 60.130-160, no horário de 8 h às 12 h e de 13 h às 16:30 h, de segunda a sexta-feira.

**6.4.2.1. A identificação dos envelopes deverá conter as seguintes informações:**

**Destinatário**

**Comissão Institucional de Credenciamento e Avaliação de Projetos – CICAP**

**Edital de Chamamento Público nº \_\_\_\_\_**

**Lote: \_\_\_\_\_ (\*)**

Identificar o lote de acordo com a tabela 1, no item 2 do edital

**Remetente**

**Razão Social da OSC: \_\_\_\_\_ (\*)**

**Representante legal: \_\_\_\_\_**

**Telefone do representante legal: \_\_\_\_\_**

\*A razão social deve ser informada sem abreviaturas e por extenso.

**6.4.2.2.** Na ocasião da entrega do envelope será aberto um protocolo no VIPROC.

**6.4.2.3.** A proposta deverá ser em única via, impressa e encadernada, com todas as **folhas rubricadas e numeradas sequencialmente**, sem rasuras e, ao final, assinada pelo representante legal da OSC proponente.

**6.4.3.** Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela SPS.

**6.4.4.** Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta por lote.

**6.4.4.1.** Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise da Comissão de Seleção.

**6.4.5.** As propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

d) o valor global.

### **6.5. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção**

**6.5.1.** Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes.

**6.5.2.** A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 2 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, desde que devidamente justificada.

**6.5.3.** As propostas deverão ser apresentadas de acordo com o **ANEXO III - REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA** e a sua não apresentação terá caráter eliminatório.

**6.5.4.** Os documentos de avaliação serão considerados e pontuados de acordo com a Matriz de Avaliação, constante do **ANEXO II**.

**6.5.5.** A falsidade de informações na proposta deverá acarretar a sua eliminação, podendo ensejar a aplicação de sanção administrativa contra a OSC proponente e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

**6.5.6.** As OSCs que não cumprirem com as exigências do item 4.2 não terão suas propostas analisadas e, conseqüentemente, não avançarão para as etapas seguintes.

**6.5.7.** Serão eliminadas aquelas propostas:

a) cujo somatório de pontos atribuído por pelo menos 1 (um) dos membros da Comissão de Seleção for inferior à metade do total de pontos a ser atingido;

b) que recebam nota “zero” em qualquer um dos critérios de julgamento dos itens (A), (B), (C), (D), ou (E) da Matriz de Avaliação;

c) que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; o detalhamento das despesas e o valor global proposto;

d) que estejam em desacordo com o Edital;

e) com valor incompatível com o objeto da parceria e/ou inviável econômica e financeiramente, com base em avaliação da CICAP à luz do orçamento disponível; ou

f) iguais ou redigidas parcialmente (em qualquer proporção) idênticas à proposta apresentada por outra OSC participante deste edital, sendo eliminadas todas as propostas assim caracterizadas, independentes da data de protocolo.

**6.5.8.** As propostas não eliminadas serão classificadas em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Matriz de Avaliação, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por 3 (três) membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos itens.

**6.5.9.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base nos seguintes critérios:

a) maior pontuação obtida no item (A);

b) maior pontuação obtida, sucessivamente, nos itens (D), (B) e (C);

c) mais tempo de constituição;

d) por sorteio, realizado na presença das OSCs empatadas.

**6.5.10.** Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto.

**6.5.11.** Ao final da avaliação, a CICAP deverá emitir Parecer Técnico sobre a proposta mais bem classificada, pronunciando-se expressamente sobre:

a) o mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) a identidade e a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria;

c) a viabilidade de sua execução.

#### **6.6. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar**

**6.6.1.** A SPS divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio eletrônico oficial do Órgão: [www.sps.ce.gov.br](http://www.sps.ce.gov.br), na área específica destinada ao Edital de Chamamento Público, iniciando-se o prazo para recurso.

#### **6.7. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar**

**6.7.1.** Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

**6.7.2.** Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo indicado na Tabela 2, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão, não sendo conhecido recurso interposto fora do prazo.

**6.7.3.** Os recursos serão apresentados pessoalmente para registro no Setor de Protocolo da SPS, no mesmo endereço indicado no item 6.4.2.

**6.7.4.** É assegurado aos participantes ter acesso aos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, sendo vedada a retirada de qualquer documentação referente ao Edital de Chamamento Público das dependências da SPS.

#### **6.8. Etapas 6 e 7: Divulgação das interposições de recursos e interposição de contrarrazões**

**6.8.1.** Interposto recurso, a SPS dará ciência deste fato aos demais interessados, em sua página oficial na internet, conforme Tabela 2, para apresentarem contrarrazões, se desejarem.

**6.8.2.** Caso o sítio oficial esteja indisponível para essa finalidade, a SPS dará ciência preferencialmente por meio eletrônico, para que os interessados apresentem suas contrarrazões, não sendo conhecidas as fora do prazo.

#### **6.9. Etapa 8: Análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção**

**6.9.1.** Havendo recursos e contrarrazões, a Comissão de Seleção os analisará.

**6.9.2.** Recebido o recurso e a contrarrazão, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão conforme Tabela 2.

**6.9.3.** A decisão final do recurso e contrarrazão, devidamente motivada, deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres anteriores, informações, decisões ou propostas, que, nesse caso, serão parte integrante do ato decisório, não cabendo novo recurso contra essa decisão.

**6.9.4.** Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, sendo o início e fim exclusivamente em dia útil no âmbito da SPS.

**6.9.5.** O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### **6.10. Etapas 9 e 10: Divulgação da análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção e homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção**

**6.10.1.** Após o julgamento dos recursos e contrarrazões ou o transcurso do prazo sem interposição, a SPS divulgará as decisões recursais proferidas e o resultado final do processo de seleção, após homologação pela Secretária da Proteção Social, no sítio oficial do Órgão: [www.sps.ce.gov.br](http://www.sps.ce.gov.br), na área específica destinada ao Edital de Chamamento Público.

**6.10.2.** A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria, nos termos do art. 27, §6º, da Lei nº 13.019/2014.

**6.10.3.** Após o recebimento e análise das propostas, havendo uma única OSC com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, passado o prazo para interposição de recursos, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração, dispensando o prazo para interposição de contrarrazões e para análise dos recursos.

## 7. DA FASE DE CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

7.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas:

**Tabela 3**

ETAP A	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATA
01	Apresentação e verificação dos requisitos e impedimentos para celebração	26/06/2024 a 19/07/2024
02	Apresentação do plano de trabalho	26/06/2024 a 19/07/2024
03	Vistoria de funcionamento	22/07 a 26/07/2024
04	Elaboração do instrumento	22/07 a 26/07/2024
05	Vinculação orçamentária e financeira	22/07 a 26/07/2024
06	Emissão do parecer jurídico	22/07 a 26/07/2024
07	Formalização do instrumento	22/07 a 26/07/2024
08	Publicidade do instrumento	22/07 a 26/07/2024

### 7.2. Etapa 1: Apresentação e verificação dos requisitos e impedimentos para celebração

7.2.1. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela CICAP, do atendimento pela OSC selecionada dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na legislação.

7.2.2. A OSC que tiver sua proposta selecionada será convocada para, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de sua convocação demonstrar o atendimento do disposto no item 7.2.3. deste Edital.

7.2.3. Para a celebração do Termo de Colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado, estando dispensadas as organizações religiosas e as sociedades cooperativas;

b) ser regida por normas de organização interna que prevejam, **expressamente**:

b.1) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta, estando dispensadas as organizações religiosas e as sociedades cooperativas; e

b.2) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

c) possuir:

c.1) no mínimo, 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

c.2) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano;

c.3) instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

c.4) capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

d) estar em situação regular e adimplente no cadastro de parceiros gerenciado pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará – CGE.

7.2.3.1. Para atendimento da condição de regularidade cadastral e adimplência de que trata a alínea “d”, do item 7.2.3, será considerada a sua situação na data de assinatura do instrumento a ser celebrado, ficando a OSC dispensada de reapresentar a certidão que estiver vencida no momento da análise, desde que esteja disponível eletronicamente.

**7.2.4.** No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a Comissão de Seleção realizará consulta no sítio institucional da CGE/e-Parcerias para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

**7.2.5.** Ficará impedida de celebrar o Termo de Colaboração a OSC que:

- a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública estadual, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas, não sendo considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas;
- d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
- e) tenha sido punida, com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
  - e.1) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
  - e.2) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
  - e.3) sanções previstas nos incisos II ou III do art. 73 da Lei nº 13.019/2014;
- f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- g) tenha entre seus dirigentes pessoas cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
- h) tenha sofrido condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos, bem como que seus presidentes e/ ou quaisquer membros de sua diretoria tenham sido condenados pelos crimes previstos na Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010; ou
- i) tenha incorrido em infração civil no que tange à divulgação, por meio eletrônico ou similar, de notícias falsas sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado do Ceará, na forma da Lei Estadual nº 17.207/2020, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 33.605/2020.

**7.2.6.** Para fins de comprovação dos requisitos do item 7.2.3 e de que não incorre nos impedimentos do item 7.2.5, a OSC deverá apresentar os seguintes documentos, acompanhado de Ofício em papel timbrado da OSC solicitando a celebração do Termo de Colaboração:

- a) cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;
- b) cópia da Ata de Eleição e Posse do(a) Representante Legal, bem como cópia de seu RG e CPF;
- c) procuração Pública, em caso de assinatura de pessoa diversa do(a) representante legal da OSC no Plano de Trabalho e/ou Termo de Colaboração;
- d) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, 2 (dois) anos com cadastro ativo;
- e) Certidão de Regularidade e Adimplência emitida pela CGE, conforme art. 45, I do Decreto Estadual nº 32.810 de 2018;



f) comprovante de Abertura da Conta da Parceria, entregue pela Caixa Econômica Federal, com dados da Conta Bancária específica e assinatura do responsável pela abertura ou comprovante de extrato “zerado”;

g) comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, 1 (ano) ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

g.1) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras Organizações da Sociedade Civil;

g.2) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

g.3) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento, realizadas pela OSC ou a respeito dela;

.4) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

g.5) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, Organizações da Sociedade Civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

g.6) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;

h) relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme última Ata de Eleição e Posse, com nome completo, endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme **ANEXO V – RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES DA OSC**;

i) cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

j) declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 16 do Decreto Estadual nº 32.810/2018, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no **ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE REGULARIDADE CADASTRAL**;

k) declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme **ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA**;

m) declaração de cumprimento da Lei Federal nº 10.097/2000, conforme modelo do **ANEXO VIII**;

n) declaração de cumprimento da Lei Estadual nº 17.207/2020, conforme modelo do **ANEXO IX**.

**7.2.7.** Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, sob pena de não celebração da parceria.

**7.2.8.** No período entre a apresentação da documentação prevista nesta etapa e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

**7.2.9.** A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

**7.2.10.** Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019/2014, na hipótese da OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na etapa 1 da fase de celebração, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

**7.2.11.** Caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma desta etapa e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos, podendo o procedimento ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

**7.2.12.** Os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta etapa serão apresentados pessoalmente pela OSC selecionada para a Comissão Institucional de Credenciamento e Avaliação de Projetos – CICAP, na sede da SPS.

### **7.3. Etapa 2: Apresentação do Plano de Trabalho**

**7.3.1.** Esta etapa consiste na apresentação do Plano de Trabalho, contendo ainda a respectiva memória de cálculo de que trata o item 6.4.1.1, “c”, nos moldes do **ANEXO IV – PLANO DE TRABALHO**.

**7.3.2.** Por meio do Plano de Trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção.

**7.3.3.** A Comissão de Seleção submeterá o Plano de Trabalho à área competente da SPS pela política pública de que trata a proposta, a qual emitirá Parecer Técnico com análise e manifestação acerca das exigências das alíneas “d”, “e”, “g” e “h”, do inciso V do art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

**7.3.4.** O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) identificação da OSC;
- b) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o programa/linha de ação e com as metas a serem atingidas;
- c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d) forma de execução do objeto com a descrição das etapas, com seus respectivos itens;
- e) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- f) a previsão de receitas e estimativas de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;
- g) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso;
- h) valor total do Plano de Trabalho;
- i) valor da contrapartida de bens e serviços, quando houver;
- j) previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão das etapas programadas.

**7.3.5.** A estimativa de despesas de que trata alínea “f” do item 7.3.4 deverá ser realizada mediante cotação prévia de preços no mercado, compreendendo o levantamento de, no mínimo, três propostas comerciais junto a fornecedores, com vistas à obtenção de preço mais vantajoso, conforme exigência do art. 49, §2º, do Decreto Estadual nº 32.810/2018;

**7.3.5.1.** A cotação de preços deverá ser comprovada pela OSC mediante apresentação de documento emitido pelo fornecedor contendo, no mínimo, a especificação do bem ou serviço a ser fornecido, a quantidade, o preço unitário de cada item e o valor total da proposta, em moeda corrente nacional.

**7.3.5.2.** O documento do fornecedor de que trata o subitem anterior deverá ser assinado pelo responsável ou representante legal do fornecedor, se apresentado em meio físico, ficando dispensada a assinatura, caso apresentado por meio eletrônico.

**7.3.5.3.** Quando a OSC não obtiver o número mínimo de proposta de fornecedores ou se tratar de despesa não passível de realização de cotação, a estimativa de despesas de que trata o item “f”, do item 7.3.4, poderá ser comprovada pela apresentação de elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

**7.3.6.** As despesas do Plano de Trabalho deverão ser especificadas com todos os critérios de aferição do valor de mercado do bem e/ou serviço contratado e, em caso de descrição insuficiente ou insatisfatória da despesa, será solicitada a sua complementação ou exclusão.

**7.3.7.** Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019/2014, sendo recomendada

a leitura integral desta legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

**7.3.8.** Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no Plano de Trabalho:

- a) remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- c) custos indiretos necessários à execução do objeto.

**7.3.8.1.** A OSC deverá considerar, para estimativa dos custos indiretos de que trata a alínea “c”, o rateio da despesa de forma proporcional à necessidade do item para sua utilização particular e pelo projeto ou programa, não sendo autorizado o pagamento integral da despesa com recursos da parceria se constatada a utilização para fins exclusivos da entidade.

**7.3.8.2.** São considerados custos indiretos, dentre outros, o aluguel da sede do programa ou projeto, serviços de contabilidade, combustível, fornecimento de energia elétrica, gás, água, serviços de esgoto e telefone.

**7.3.8.3.** Nos custos previstos para a gestão dos projetos dos lotes 1 e 2, as despesas diretas e indiretas são previstas na parametrização do lote.

**7.3.9.** As despesas previstas no plano de trabalho devem estar de acordo com a legislação vigente, sendo vedado o pagamento de despesas com:

- a) taxa de administração, de gerência ou similar, do convênio;
- b) remuneração, a qualquer título, a servidor ou empregado público ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por serviços de consultoria, assistência técnica, gratificação ou qualquer espécie de remuneração adicional;
- c) multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos e recolhimentos fora dos prazos, exceto quando decorrer de atraso na liberação de recursos financeiros, motivado exclusivamente pelo órgão ou entidade concedente;
- d) clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres, cujos dirigentes ou controladores sejam agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do gestor do órgão responsável para celebração do convênio ou instrumento congênere;
- e) publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, relacionadas com o objeto do convênio ou instrumento congênere, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores da concedente, do conveniente e do interveniente;
- f) bens e serviços fornecidos pelo conveniente, interveniente, seus dirigentes ou responsáveis, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- g) bens ou serviços que tenham sido adquiridos antes ou após a vigência do convênio ou instrumento congênere;
- h) obras e serviços de engenharia.

**7.3.10.** As despesas inseridas no Plano de Trabalho serão objeto de avaliação da área técnica de que trata o item 7.3.3. e pela Assessoria de Controle Interno da SPS.

#### **7.4. Etapa 3: Vistoria de funcionamento**

**7.4.1.** Compete à SPS realizar vistoria na sede da OSC cujo Plano de Trabalho tenha sido aprovado para verificação do seu regular funcionamento.

**7.4.2.** A verificação de que trata o item anterior será formalizada por meio de Nota de Funcionamento, que deverá considerar o local e as condições de funcionamento.

**7.4.3.** A Nota de Funcionamento será validada anualmente, sem prejuízo da atuação do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo.

#### **7.5. Etapa 4: Elaboração do instrumento**

**7.5.1.** Compete à SPS a elaboração da minuta da parceria, conforme o disposto no art. 54 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

#### **7.6. Etapa 5: Vinculação orçamentária e financeira**

**7.6.1.** Compete à SPS providenciar a adequação orçamentária e financeira, de acordo com a legislação vigente.

#### **7.7. Etapa 6: Emissão do parecer jurídico**

**7.7.1.** A área responsável pelo assessoramento jurídico da SPS emitirá parecer jurídico quanto à compatibilidade da parceria à legislação vigente, inclusive as condições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme o art. 59 do Decreto Estadual nº 32.810, de 2018.

#### **7.8. Etapa 7: Formalização do instrumento**

**7.8.1.** Compete à área responsável pelo assessoramento jurídico da SPS elaborar o termo final do instrumento de parceria para formalização pela autoridade competente, conforme o art. 60 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

**7.8.2.** A formalização da celebração da parceria dar-se-á com a assinatura dos partícipes, devendo a data de assinatura ser considerada como a de início da vigência.

#### **7.9. Etapa 8: Publicidade do instrumento**

**7.9.1.** Compete à área responsável pelo assessoramento jurídico da SPS providenciar a publicação da íntegra do instrumento de parceria formalizado, inclusive termo aditivo, no Portal da Transparência do Estado do Ceará, nos termos do art. 30 da Lei Complementar nº 119/2012.

### **8. DA CONTRAPARTIDA**

**8.1.** Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada, nos termos do art. 35, §1º da Lei 13.019/2014.

### **9. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**9.1.** As Organizações da Sociedade Civil deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de seleção previsto neste chamamento público, bem como na etapa de celebração e execução do objeto da parceria.

**9.2.** Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de chamamento público ou na execução da parceria;
- b) prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de seleção ou de execução da parceria;
- c) prática conluída: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais OSCs participantes deste chamamento, visando fraudar o processo de seleção ou de execução da parceria;
- d) prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo de chamamento público ou afetar a execução da parceria.

e) prática obstrutiva: (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da Administração Pública, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem; (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Administração Pública de promover inspeção.

**9.3.** A Administração Pública, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, se comprovar o envolvimento de representante da Organização da Sociedade Civil em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer do Chamamento Público ou na execução do instrumento de parceria, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Complementar nº 119/2012 e suas alterações, do Decreto Estadual nº 32.810/2018 e da legislação específica, a SPS poderá aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão;
- c) declaração de inidoneidade.

**10.1.1.** A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pelo conveniente no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

**10.1.2.** A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas do convênio ou instrumento congênere e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública estadual.

**10.1.2.1** A sanção de suspensão temporária impede o conveniente de participar de chamamento público e celebrar convênios, instrumentos congêneres ou contratos com órgãos e entidades da administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**10.1.3.** A sanção de declaração de inidoneidade impede o conveniente de participar de chamamento público e celebrar convênio, instrumento congênere ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando o conveniente ressarcir a administração pública estadual pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “b” do item 10.1.

**10.2.** As sanções estabelecidas são de competência exclusiva da Secretária Titular da SPS, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de aplicação da penalidade.

**10.3.** As sanções aqui estabelecidas também poderão ser aplicadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, no âmbito de sua atuação enquanto Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

**10.4.** Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas neste Edital caberá recurso administrativo para a defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vistas dos autos processuais.

**10.5.** Prescreve no prazo de 5 (cinco) anos a aplicação das sanções previstas neste Edital, contado da data da apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de sua apresentação, no caso de omissão no dever de prestar contas.

**10.5.1.** A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

**10.6.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.



## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** O presente Edital e seus atos serão divulgados no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Proteção Social – SPS na internet: [www.sps.ce.gov.br](http://www.sps.ce.gov.br), na área específica destinada ao Edital de Chamamento Público.

**11.2.** Este Edital de Chamamento Público deverá ter seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado – DOE na forma do art. 21 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

**11.3.** Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital ou apresentar pedido de esclarecimento, decorrente de dúvidas na interpretação deste Chamamento, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data limite para envio das propostas, de forma eletrônica ([cicap.infancia@sps.ce.gov.br](mailto:cicap.infancia@sps.ce.gov.br)) ou protocolada na sede da SPS à Comissão de Seleção, cabendo a esta a resposta.

**11.3.1.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital, devendo as respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serem juntados nos autos do processo de chamamento público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

**11.3.2.** Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

**11.4.** A Comissão de Seleção resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

**11.5.** O presente Edital poderá ser revogado a qualquer tempo por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**11.6.** A OSC participante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Chamamento Público, podendo acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime, a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas.

**11.6.1.** Caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019/2014.

**11.7.** A vigência do presente Edital será análoga ao Plano Plurianual vigente, a contar da data da homologação do resultado definitivo.

**11.8.** O(s) instrumento(s) de parceria de que trata(m) este Edital será(ão) celebrado(s) de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas.

**11.9.** A seleção de propostas não obriga a SPS a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

**11.10.** Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria.

**11.11.** Constituem anexos do presente Edital, dele sendo parte integrante:

- a) **ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA;**
- b) **ANEXO II – MATRIZ DE AVALIAÇÃO;**
- c) **ANEXO III – REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA;**
- d) **ANEXO IV – PLANO DE TRABALHO;**
- e) **ANEXO V – RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES DA OSC;**
- f) **ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE REGULARIDADE CADASTRAL;**
- g) **ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA;**

- h) **ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 17.207/2020;**  
i) **ANEXO IX – MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO.**

Fortaleza-CE,

de

de 2024.

Sandro Camilo Carvalho  
**Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna**  
**Secretaria da Proteção Social**

## **ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Declaro que a [identificação da Organização da Sociedade Civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº \_\_\_\_/2024 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção e celebração.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**ANEXO II - MATRIZ DE AVALIAÇÃO**  
**COMISSÃO INSTITUCIONAL DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS**  
**COMISSÃO DE SELEÇÃO DO EDITAL Nº \_\_\_\_\_/2024**

<b>OSC PROPONENTE:</b>	
<b>PROCESSO Nº:</b>	<b>DATA DE ABERTURA DO PROCESSO:</b>
<b>LOTE:</b>	

<b>ANÁLISE DOS ITENS 4.2 e 6.4.1.1 – EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>MEMBRO DA COMISSÃO:</b>	<b>CPF Nº:</b>
<b>QUESITO</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
a) A OSC está cadastrada no Sistema e-Parcerias? (Item 4.2, “a”)	(    ) SIM (    ) NÃO
b) A OSC apresentou Declaração conforme modelo constante no ANEXO I – Declaração de Ciência e Concordância? (Item 4.2, “b”)	(    ) SIM (    ) NÃO
c) A OSC apresentou a proposta contendo o detalhamento das despesas através de memória de cálculo? (Item 6.4.1.1, “c”)	(    ) SIM (    ) NÃO
d) A proposta está assinada pelo representante legal da OSC? (item 6.4.2.3)	(    ) SIM (    ) NÃO
e) A OSC apresentou a Ata de eleição e posse do quadro dirigente atual? (Item 6.4.1.1, “e”)	(    ) SIM (    ) NÃO
f) A OSC apresentou comprovante de inscrição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e o Comprovante de Entrega de Documentação Anual, referente ao ano de 2021. (Item 6.4.1.1, “f”) (quando se aplicar)	(    ) SIM (    ) NÃO
g) A OSC apresentou a declaração do (a) Secretário (a) Municipal de Assistência Social, acerca da inserção da entidade no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações da Assistência Social – CNEAS – Resolução Nº 04/2014. (Item 6.4.1.1, “g”) (quando se aplicar)	(    ) SIM (    ) NÃO
h) A OSC apresentou o documento COMDICA? (quando se aplicar)	(    ) SIM (    ) NÃO
<b>DECLASSIFICADA SEM ANÁLISE DA PROPOSTA</b>	(    ) SIM (    ) NÃO
<b>DATA DA ANÁLISE:</b>	
<b>ASSINATURA:</b>	
<b>MEMBRO DA COMISSÃO:</b>	<b>CPF Nº:</b>

ANÁLISE TÉCNICA					
MEMBRO DA COMISSÃO:				CPF Nº	
ITEM	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR CRITÉRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR ITEM	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	
				DO CRITÉRIO	DO ITEM
<p><b>(A) DA PROPOSTA:</b> Informações sobre a adequação da proposta (ações a serem executadas, metas a serem atingidas, resultados a serem alcançados e o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações).</p> <p><b>OBS:</b> A atribuição de nota “zero” em qualquer um dos critérios deste item implica em eliminação da proposta.</p>	A proposta apresenta os quesitos “o que?”, “quando?” e “onde?”, bem como as ações que serão desenvolvidas durante o período de execução.	1,5	6,5		
	A proposta apresenta o cronograma das ações a serem executadas em coerência com atendimento à demanda.	1,0			
	As metas a serem atingidas estão elencadas de forma clara, com indicadores físicos (unidade e quantidade), valor total e período de execução (inicial e final).	1,0			
	A proposta apresenta Resultados a serem alcançados	1,0			
	A proposta apresenta o detalhamento das despesas, inclusive os custos indiretos,	1,0			



	através de memória de cálculo, com informações suficientes para a aferição dos gastos, nos termos do item 6.4.1.1, “c”.				
	A proposta apresenta, de forma separada, as despesas diretas da execução do objeto e os custos indiretos.	0,5			
	A proposta apresenta valor global.	0,5			
<b>(B) DA ADEQUAÇÃO À POLÍTICA PÚBLICA:</b> Adequação da proposta aos objetivos, princípios e diretrizes da política pública de que trata o item 2 do Edital.  <b>OBS:</b> A atribuição de nota “zero” neste item implica em eliminação da proposta.	A proposta apresenta objetivos, princípios e diretrizes adequados à política pública de que trata o item 2 do Edital.	1,5	1,5		
<b>(C) DA CONTEXTUALIZAÇÃO:</b> Descrição da realidade objeto da parceria e do nexa entre esta e atividade proposta  <b>OBS:</b> A atribuição de nota “zero” em qualquer um dos critérios deste item implica em eliminação da proposta.	A proposta está contextualizada com dados de pesquisas recentes.	1,0			
	A proposta apresenta embasamento teórico com as devidas referências.	1,0	2,0		
<b>(D) DA CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL:</b> Comprovar, por meio de portfólio, experiência na execução de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, destacando a capacidade de atendimento e a capilaridade da organização.  <b>OBS:</b> A atribuição de nota “zero” em qualquer um dos critérios deste item implica em eliminação da proposta.	Comprovar parcerias e experiência firmadas em cumprimento ao item 7.2.6 “h” para execução do mesmo objeto ou de natureza semelhante, sendo aceitos instrumentos celebrados nos últimos 5 (cinco) anos. (Cada instrumento será equivalente a	1,5	2,0		

	0,25 ponto)				
	Comprovar atividades da instituição através de matérias em sítios eletrônicos, jornais, revistas, cartazes, publicações e/ou certificados de participações em eventos, dentre outros. (Cada comprovação será equivalente a 0,25 ponto)	0,5			
<b>(E) ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA:</b> Atender aos critérios estabelecidos no item 6.4.2.3. <b>OBS:</b> A atribuição de nota “zero” em qualquer um dos critérios deste item implica em eliminação da proposta.	A proposta atendeu integralmente o item 6.4.2.3.	0,5	0,5		
<b>(F) MONITORAMENTO DA OSC:</b> No caso da OSC já ter firmado Termo de Colaboração e/ou Fomento com a SPS nos últimos 5 (cinco) anos, será feita a análise do instrumento.	Se houve rescisão do instrumento por razão não consensual.	Pontuação negativa de 10% (dez por cento) da totalidade dos pontos.			
<b>PONTUAÇÃO POSITIVA TOTAL ATRIBUÍDA À PROPOSTA</b>					
<b>PONTUAÇÃO NEGATIVA TOTAL ATRIBUÍDA À PROPOSTA</b>					
<b>PONTUAÇÃO FINAL DA PROPOSTA</b>					<b>12,50</b>
<b>ANÁLISE/PARECER:</b>					
<b>DILIGÊNCIA PARECER:</b>					
<b>DATA DA ANÁLISE:</b>					

**ASSINATURA:**

### **ANEXO III - REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA**

**LOTE I - MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE APOIO À SPS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, NO ASSESSORAMENTO AOS MUNICÍPIOS, NA CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES ESTADUAL E MUNICIPAIS RESPONSÁVEIS PELA OPERACIONALIZAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELOS PROGRAMAS DA SPS, EM ESPECIAL O COMBATE À FOME.**

#### **1 DA ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO**

1.1 A proposta deverá ter como intuito o desenvolvimento de ações de apoio à SPS na operacionalização do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, no assessoramento aos municípios, a capacitação das equipes estadual e municipais responsáveis pela operacionalização e o acompanhamento das famílias beneficiadas pelos programas da SPS, em especial o combate à fome, observando o que consta no Edital.

#### **2 DO PÚBLICO ALVO**

2.1 Famílias beneficiadas com o Cartão-Alimentação do Programa Ceará Sem Fome e do Cartão Mais Infância, Cartão-Alimentação do Programa Ceará Sem Fome, Programa Mais Nutrição e Vale-gás;

2.2 Trabalhadores do SUAS das equipes estadual e municipais;

2.3 Agentes Sociais Mais Infância que atuam nos municípios, junto às famílias do Cartão Mais Infância, Cartão-Alimentação do Programa Ceará Sem Fome, Programa Mais Nutrição e Vale-gás;

2.4 Trabalhadores, gestores, conselheiros e demais agentes públicos da rede Socioassistencial;

2.5 Operadores do Programa Mais Nutrição Ceará e dos projetos da política de segurança alimentar e nutricional do Estado.

#### **3 DA PROPOSTA**

3.1. A OSC deverá elaborar uma proposta específica. Para isso, deverá identificar a modalidade e o LOTE onde pretende atuar, a meta de atendimento e o valor previsto.

3.2. A justificativa da proposta deverá fundamentar a necessidade do projeto, diagnosticando a realidade social do território (área de abrangência, ou seja, município, localidade e/ou bairro onde o projeto vai ser desenvolvido), apresentando dados e indicadores sociais atualizados, incluindo análise das vulnerabilidades sociais, a partir de dados e informações de fonte oficial.

3.3. Neste lote a proposta terá como objetivos:

3.3.1. Promover o protagonismo, empoderamento das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para superação das vulnerabilidades;

3.3.2. Monitorar, assessorar e qualificar as equipes estadual, municipal e os Agentes Sociais Mais Infância, na execução da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, Cartão Mais Infância, Cartão-

Alimentação do Programa Ceará Sem Fome, Programa Mais Nutrição e Vale-gás, contribuindo para seus resultados e uma maior capacidade técnica;

3.3.3. Apoiar a gestão municipal para favorecer o acesso das famílias beneficiadas pelo Cartão Mais Infância, Cartão-Alimentação do Programa Ceará Sem Fome, Programa Mais Nutrição e Vale-gás, nos programas e projetos desenvolvidos pelas Políticas Públicas de Educação, Assistência Social, Saúde, Habitação, etc;

3.3.4. Fortalecer o sistema de proteção social das famílias;

3.3.5. Realizar capacitações (cursos, oficinas, seminários, encontros coletivos, dentre outros) para as equipes estaduais e municipais que desenvolvem o acompanhamento familiar e para as famílias beneficiadas;

3.4. As capacitações (seminários/cursos, encontros coletivos, assessoria técnica, dentre outros) deverão ser realizados respeitando as medidas de acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou mobilidade reduzida e Idosos (conforme legislação) e, atender as seguintes diretrizes metodológicas:

a) Integração de teoria e prática, propiciando o enriquecimento da atuação dos profissionais com vista a assegurar a execução, monitoramento das ações e ampliação das competências e capacidade protetiva das famílias;

b) O conteúdo programático para trabalhadores do SUAS, será constituído por temas relacionados a gestão, execução dos serviços das políticas sociais, política de segurança alimentar e nutricional, intersetorialidade, sistema de monitoramento do Cartão Mais Infância, Cartão-Alimentação do Programa Ceará Sem Fome, Programa Mais Nutrição e Vale-gás, desenvolvimento infantil, atendimento com qualidade para os segmentos vulnerabilizados (crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, famílias), questão de gênero, igualdade racial, povos indígenas, população LGBTI+, mundo do trabalho, dentre outros;

c) O conteúdo programático para as famílias será constituído por temas relacionados a operacionalização da política de segurança alimentar e nutricional, Cartão Mais Infância, Cartão-Alimentação do Programa Ceará Sem Fome, Programa Mais Nutrição e Vale-gás e suas condicionalidades, direitos sociais, infância, adolescência, pessoa idosa, inclusão social, competências e habilidades familiares, alimentação saudável, dentre outros.

3.5. Deverão ser previstas visitas aos municípios para acompanhar a gestão, execução e monitoramento das ações da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, Cartão Mais Infância, Cartão-Alimentação do Programa Ceará Sem Fome, Programa Mais Nutrição e Vale-gás, desenvolvidas pelas equipes municipais;

3.6. A OSC deverá apresentar a sistemática de monitoramento e avaliação das ações propostas, com indicadores de produtos e de resultados, meios de verificação e instrumentais utilizados para atingir os objetivos e as metas.

3.7. Conter, obrigatoriamente, no mínimo, as informações apresentadas no item 6.4.5 do Edital de Chamamento Público.

3.8. A OSC deverá seguir, obrigatoriamente, o modelo do Plano de Trabalho e demais anexos, indicados no Edital de Chamamento Público.

#### **4. METAS**

- 4.1. Realizar ações de implantação/implementação, acompanhamento e monitoramento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, nos 184 municípios cearenses;
- 4.2. Realizar assessoria técnica aos municípios sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), bem como monitorar e avaliar as mudanças que ocorrem na situação de alimentação e nutrição, nos 184 municípios cearenses;
- 4.3. Realizar 06 cursos para as equipes municipais e estadual com carga horária de 40 horas cada, atingindo aproximadamente 360 participantes;
- 4.4. Realizar 20 cursos para as equipes municipais e estadual com carga horária de 20 horas cada, atingindo aproximadamente 1.200 participantes;
- 4.5. Realizar em 14 municípios encontros coletivos para as famílias beneficiadas com o Cartão-Alimentação do Programa Ceará Sem Fome, Programa Mais Nutrição, Cartão Mais Infância Ceara e Vale-gás;
- 4.6. Realizar 3 Seminários da Política de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 4.7. Garantir o suporte técnico e operacional na execução das metas do projeto (Despesas Indiretas).

## 5. DO PERÍODO DE EXECUÇÃO

12 meses a partir da celebração.

## 6. DO VALOR DE REFERÊNCIA E DAS DESPESAS INDIRETAS

6.1. O valor de referência para o lote é o informado na tabela abaixo, com as respectivas metas.

LOTE	PROJETO / PROGRAMA	PÚBLICO-ALVO	VALOR DE REFERÊNCIA	PRAZO DE EXECUÇÃO
LOTE I	Monitoramento, avaliação e desenvolvimento de ações de apoio à SPS, da Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, no assessoramento aos municípios, a capacitação das equipes estadual e municipais responsáveis pela operacionalização e o acompanhamento das famílias beneficiadas pelos programas da SPS,	<p>1 Famílias beneficiadas com o Cartão Alimentação do Programa Ceará Sem Fome e do Cartão Mais Infância, Cartão Alimentação do Programa Ceará Sem Fome, Programa Mais Nutrição e Vale-gás;</p> <p>2 Trabalhadores do SUAS das equipes estadual e municipais;</p> <p>3 Agentes Sociais Mais Infância que atuam nos municípios, junto às famílias do Cartão Mais</p>	R\$ 1.924.621,89	12 meses a partir da celebração



	em especial o combate à fome.	<p>Infância Ceará, Cartão Alimentação do Programa Ceará Sem Fome e Vale-gás;</p> <p>4 Trabalhadores, gestores, conselheiros e demais agentes públicos da política de segurança alimentar e nutricional e da rede Socioassistencial;</p> <p>5 Operadores do Programa Mais Nutrição Ceará e dos projetos da política de segurança alimentar e nutricional do Estado.</p>		
TOTAL			R\$ 1.924.621,89	-

6.2. Os valores de referência indicados acima já contemplam os custos indiretos, que não podem totalizar percentual superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta.

## 7. DA EQUIPE TÉCNICA

Para execução das ações a serem realizadas, deverá ser contratada, para o lote, equipe com os seguintes profissionais:

- (10) Supervisor Administrativo (40h/s);
- (03) Auxiliar Administrativo (40h/s);
- (01) Motorista Cat.B (40h/s).

## 8. DAS DESPESAS

8.1 Poderão ser contemplados no orçamento do projeto os seguintes itens de despesas:

### 8.1.1. Vantagens e vencimentos

-Pessoal: Salários e encargos sobre a folha (encargos sociais, rescisões, atestado médico, 13º salário, férias, abono pecuniário, adicional noturno, seguro de vida, vale-transporte e vale-alimentação); substituições conforme demanda; repactuação anual dos salários e vale-alimentação de acordo com a convenção coletiva de trabalho e disponibilidade orçamentária e financeira da SPS; cota patronal; serviços de emissão de laudo técnico das condições ambientais, gerenciamento de risco e controle médico de saúde e ocupacional; assessoria e vistoria de segurança do trabalho.

### 8.1.2. Diárias e ajuda de custo

-Diárias e ajuda de custo, dentro e fora do Estado;

### **8.1.3. Serviços de Terceiros Pessoa Física**

- Remuneração de serviços de natureza eventual, inclusa cota patronal, conforme a demanda (serviços técnicos profissionais, instrutorias, palestrantes, recepcionistas, oficineiros, substituições e pessoal de apoio administrativo);

### **8.1.4. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica**

- Fornecimento de alimentação para eventos;
- Locação de espaço para eventos com serviços de alimentação, equipamento de multimídia e hospedagem, conforme demanda;
- Locação de veículo (mensal) sem motorista, com combustível, tipo hatch, com ar-condicionado;
- Locação de veículo (mensal) sem motorista, com combustível, tipo caminhonete cabine dupla 4X4, com ar-condicionado;
- Locação de veículo (por diária) com motorista, com combustível, caminhão tipo 3/4 categoria leve/com baú, capacidade mínima, com ar-condicionado;
- Serviço de confecção de material personalizado para eventos;
- Serviços gráficos, reprográficos e de serigrafia;
- Serviços técnicos profissionais, assessorias, treinamentos e instrutorias.

### **8.1.5. Material de Consumo**

- Caixa organizadora agrícola hortifrúti;
- Material de expediente, material de TI e suprimentos de informática;
- Pallet de plástico, 1200 X 800, polietileno de alta densidade (PEAD);
- Uniforme em geral.

## **8.2. DESPESAS INDIRETAS**

### **8.2.1. Vantagens e vencimentos**

- Pessoal: Salários e encargos sobre a folha (encargos sociais, rescisões, atestado médico, 13º salário, férias, abono pecuniário, vale-transporte e vale-alimentação); substituições; repactuação anual dos salários e vale-alimentação de acordo com a convenção coletiva de trabalho e disponibilidade orçamentária e financeira da SPS; cota patronal; gerenciamento de risco e controle médico de saúde e ocupacional; assessoria e vistoria de segurança do trabalho.

### **8.2.2. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica**

- Fornecimento de alimentação para eventos;
- Locação de imóvel com e sem condomínio;

- Locação de veículos (mensal e diária) com e sem motorista e com e sem combustível;
- Serviço de locação de equipamentos de informática, rede e link;
- Serviços de apoio e infraestrutura logística e operacional;
- Serviços de pequenos reparos de bens moveis e imóveis;
- Serviços gráficos, reprográficos e de serigrafia;
- Serviços técnicos profissionais, assessorias, treinamentos e instrutorias.

### **8.2.3. Material de Consumo**

- Caixa organizadora agrícola hortifrúti;
- Material de expediente, material de TI e suprimentos de informática;
- Pallet de plástico, 1200 X 800, polietileno de alta densidade (PEAD);
- Uniforme em geral.

## **9 DA PARAMETRIZAÇÃO DO LOTE I**

A OSC deverá apresentar o detalhamento das despesas, inclusive os custos indiretos, através de memória de cálculo, com informações suficientes para a aferição dos gastos, nos termos do item 6.4.1.1, “c”.

## 9.1 Parametrização - LOTE I

DETALHAMENTO DAS DESPESAS DIRETAS						
<b>1 VANTAGENS E VENCIMENTOS</b>						
- Pessoal: Salários e encargos sobre a folha (encargos sociais, rescisões, atestado médico, 13º salário, férias, abono pecuniário, vale-transporte e vale-alimentação); substituições; repactuação anual dos salários e vale-alimentação de acordo com a convenção coletiva de trabalho e disponibilidade orçamentária e financeira da SPS; cota patronal; gerenciamento de risco e controle médico de saúde e ocupacional; assessoria e vistoria de segurança do trabalho.						
<b>1.1. FOLHA DE PAGAMENTO</b>						
1.1.1. Cargo/Função	Turno	Qtde.	Vlr. Unitário por cargo/função			Total (12 meses)
			Sal. Base	ADC.NO T./DIÁRIAS SUP. 50%	Vr. Função	
Supervisor Administrativo (40h/s)	Diurno	10	R\$ 3.703,00	-		
Auxiliar Administrativo (40h/s)	Diurno	3	R\$ 2.113,00	-		
Motorista Cat.B (40h/s)	Diurno	1	R\$ 1.852,00	-		
<b>1.1. SUBTOTAL</b>		<b>14</b>				<b>R\$ 542.652,00</b>
<b>1.2. Encargos Sociais</b>						
A - INSS (26,8%) S/ Vr Folha						
B - FGTS ( 8,0% S/ Vr Folha)						
C - PIS (1% s/ Vr. Folha + 1% s/1/2 de 13º+1% s/1/3 Férias)						
D - 13º Salário (Vr. Folha /12)						
E - Férias 1/3 (33,33% s/folha /12)						
F - INSS (1/12 13º e 1/3 Férias /26,8%)						
G - FGTS S/ 1/3 de Férias (8,0% E)						
H - FGTS S/13º. Salário (8,0% D)						
I - VT (Vr VT x NVT x NP)-6% Desc Emp(p/mês)						
J - VR (Vr (29,00) x (20) p/mês x nº Funcionários						
<b>1.2. SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 386.940,05</b>
<b>1.3 PREVISÃO DE RESCISÃO</b>						
1.3.1. Férias vencidas			1/12.			
1.3.2. Multa rescisória			1/12.			
1.3.4. Atestado médico ADM (14 colaboradores)						
1.3.5. Atestado médico DEM (14 colaboradores)						
<b>1.3. SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 65.635,29</b>
<b>TOTAL VANTAGENS E VENCIMENTOS</b>						<b>R\$ 995.227,34</b>
<b>2- DESPESAS</b>						
<b>2.1. DIÁRIAS E AJUDAS DE CUSTO</b>						<b>R\$ 36.000,00</b>

Diária para colaboradores.	R\$ 36.000,00
<b>2.3. SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA</b>	<b>R\$ 18.720,00</b>
Remuneração de serviços de natureza eventual, incluso cota patronal (instrutoria, palestrantes, recepcionistas)	R\$ 18.720,00
<b>3.3. SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA</b>	<b>R\$ 598.174,00</b>
Fornecimento de alimentação para eventos.	R\$ 69.600,00
Locação de espaço para eventos e hospedagem.	R\$ 60.480,00
Locação de veículo, mensal, carro de passeio, tipo hatch, com combustível para 1.000km/mês	R\$ 54.000,00
Locação de veículo, mensal, caminhonete 4X4, cabine dupla, com caombustível para 3.000km/mês	R\$ 72.654,00
Locação de caminhão, diária, tipo 3/4 categoria leve/com baú, capacidade mínima de 4 (quatro) toneladas.	R\$ 141.600,00
Serviço de confecção de material personalizado para eventos.	R\$ 121.360,00
Serviço gráficos e reprográficos.	R\$ 36.480,00
Serviços técnicos profissionais, assessoria, treinamentos e instrutoria	R\$ 42.000,00
<b>4.1. Material de Consumo</b>	<b>R\$ 106.509,47</b>
Caixa Organizadora Agrícola Hortifruti	R\$ 27.500,00
Material de expediente, material de TI e suprimento de informática, material didático e pedagógico.	R\$ 46.007,47
Pallet de Plástico, 1200 x 800, Polietileno de Alta Densidade (PEAD)	R\$ 31.490,00
Uniforme em geral	R\$ 1.512,00
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>R\$ 759.403,47</b>
<b>5. Despesas indiretas</b>	<b>PROJETO</b>
<b>5.1. Vantagens e Vencimentos</b>	<b>R\$ 99.522,73</b>
Vantagens e Vencimentos	R\$ 99.522,73
<b>5.2. Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica</b>	<b>R\$ 59.817,40</b>
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	59.817,40
<b>5.3. Material de Consumo</b>	<b>R\$ 10.650,95</b>
Material de Consumo	10.650,95
<b>TOTAL DAS DESPESAS INDIRETAS</b>	<b>169.991,08</b>
<b>VALOR TOTAL DO PROJETO</b>	<b>PROJETO</b>
	<b>R\$ 1.924.621,89</b>

## **LOTE II**

### **OPERACIONALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE AÇÕES CONTINUADAS, NA GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ESTADUAIS DE ENFRENTAMENTO À FOME E DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS EXECUTADOS NO ESTADO DO CEARÁ, NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL.**

#### **10 ESPECIFICAÇÕES DAS AÇÕES**

1.1. Apoio técnico para operacionalização, monitoramento e assessoramento aos Programas governamentais e da gestão de enfrentamento à fome.

1.2. Apoio à execução de ações finalísticas e continuadas de programas, projetos e benefícios desenvolvidos no âmbito do Estado, em especial, programa Ceará Sem Fome e Cartão Mais Infância e afins;

1.3. Capacitação de gestores, técnicos das equipes estadual e municipais, conselheiros, pessoal de apoio envolvidos nessas ações usuários do SUAS.

#### **11 DO PÚBLICO ALVO**

Trabalhadores, gestores, conselheiros e demais agentes públicos da rede socioassistencial, operadores dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de transferência de renda e usuários do SUAS.

#### **12 DA PROPOSTA**

12.1. A OSC deverá elaborar uma proposta específica para a modalidade pretendida. Para isso, deverá identificar a modalidade e o LOTE II onde pretende atuar, a meta de atendimento e o valor previsto.

12.2. A justificativa da proposta deverá fundamentar a necessidade do projeto, diagnosticando a realidade social do território (área de abrangência, ou seja, município, localidade e/ou bairro onde o projeto vai ser desenvolvido), apresentando dados e indicadores sociais atualizados, incluindo análise das vulnerabilidades sociais, a partir de dados e informações de fonte oficial.

12.3. Neste lote a proposta terá como objetivos:

12.3.1. Elevar a competência técnica e gerencial dos trabalhadores, gestores, conselheiros e demais agentes públicos da rede socioassistencial, operadores da Política de Segurança Alimentar e Nutricional coordenada pela SPS, contribuindo para melhorar a dimensão operacional dos programas, projetos, serviços, benefícios e controle social;

12.3.2. Acompanhar e assessorar as ações de Segurança Alimentar e Nutricional e do Programa de Enfrentamento à Fome, executadas no âmbito das esferas estadual e municipal para consolidação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.



12.3.3. Capacitar os usuários do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, para ampliar a sua participação, acesso aos direitos sociais, protagonismo nos movimentos sociais e espaços de controle social.

12.4. As capacitações (seminários/cursos, assessoria técnica, dentre outros) deverão ser realizados considerando as medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos (conforme legislação) e, atender às seguintes diretrizes metodológicas:

a) Integração de teoria e prática, propiciando o enriquecimento da atuação dos profissionais com vista a assegurar o compromisso na implantação, execução e continuidade das ações da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

b) O conteúdo programático será constituído por temas relacionados à gestão, execução dos serviços das políticas sociais, ao atendimento com qualidade voltado para os segmentos vulnerabilizados (crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, famílias), mundo do trabalho, questão de gênero, igualdade racial, povos indígenas, população LGBTI+, direitos sociais, dentre outros;

12.5. A OSC deverá apresentar a sistemática de monitoramento e avaliação das ações propostas, com indicadores de produtos e de resultados, meios de verificação e instrumentais utilizados para atingir os objetivos e as metas.

12.6. Conter, obrigatoriamente, no mínimo, as informações apresentadas no item 6.4.5 do Edital de Chamamento Público.

12.7. A OSC deverá seguir, obrigatoriamente, o modelo do Plano de Trabalho e demais anexos, indicados no Edital de Chamamento Público.

### **13. METAS**

13.1. Disponibilizar recursos humanos para desenvolvimento de ações de acompanhamento e monitoramento das ações finalísticas e continuadas, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica nos 184 municípios cearenses;

13.2. Realizar assessoramento técnico e visitas de monitoramento aos 184 municípios cearenses e Unidades Sociais Produtoras Refeição (USPR);

13.3. Realizar 20 capacitações com carga horária de 8h cada, para as equipes das Unidades Sociais Produtoras de Refeição (USPR), atingindo aproximadamente 1000 pessoas;

13.4. Realizar 03 Oficinas do Programa Ceará Sem Fome com carga horária de 16h cada, para coordenadores de Saúde, Educação e Proteção Social, atingindo aproximadamente 1500 pessoas;

13.5. Realizar 10 oficinas de qualificação dos Programas de Enfrentamento à Fome e de fomento às ações de redução da vulnerabilidade social, com carga horária de 16h cada, atingindo aproximadamente 2000 pessoas;

13.6. Realizar 01 oficina de capacitação sobre Boas Práticas de Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional para famílias do Programa Ceará Sem Fome, atingindo os 184 municípios cearenses;

13.7. Realizar 02 oficinas para os técnicos municipais sobre o Programa Ceará Sem Fome, com carga horária de 16h cada, atingindo aproximadamente 552 pessoas;

13.8. Garantir o suporte técnico e operacional na execução das metas do projeto (Despesas Indiretas).

#### 14. DO PERÍODO DE EXECUÇÃO

12 meses a partir da celebração.

#### 15. DO VALOR DE REFERÊNCIA E DAS DESPESAS INDIRETAS

15.1. O valor de referência para o lote é o informado na tabela abaixo, com as respectivas metas.

POLÍTICA PÚBLICA	LOTE	PROJETO / PROGRAMA	PÚBLICO-ALVO	VALOR DE REFERÊNCIA	PRAZO DE EXECUÇÃO
Lote 02		Operacionalização e monitoramento de ações continuadas, na gestão e execução de Programas Estaduais de Enfrentamento à Fome e de políticas públicas Federais executados no Estado do Ceará, no âmbito da Proteção Social.	Trabalhadores, gestores, conselheiros e demais agentes públicos da rede socioassistencial, operadores dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de transferência de renda e usuários do SUAS.	R\$ 2.040.639,45	12 meses a partir da celebração
<b>Total</b>				<b>R\$ 2.040.639,45</b>	

#### 16 DA EQUIPE TÉCNICA

Para execução das ações a serem realizadas, deverá ser contratada, para o lote, equipe com os seguintes profissionais:

(01) Repecionista;

(01) Motorista Cat.A;

(01) Motorista Cat.D;

(01) Jornalista;

- (01) Editor de Vídeo;
- (01) Videomaker (cinegrafista);
- (01) Assessor de Comunicação;
- (02) Auxiliar de Serviços Gerais;
- (02) Capatazia;
- (01) Gestor de Projetos;
- (01) Mestre de Cerimônia;
- (03) Supervisor Administrativo.

## **17. DAS DESPESAS**

**17.1** Poderão ser contemplados no orçamento do projeto os seguintes itens de despesas:

### **17.1.1. Vantagens e vencimentos**

- Pessoal: Salários e encargos sobre a folha (encargos sociais, rescisões, atestado médico, 13º salário, férias, abono pecuniário, vale-transporte e vale-alimentação); substituições; repactuação anual dos salários e vale-alimentação de acordo com a convenção coletiva de trabalho e disponibilidade orçamentária e financeira da SPS; cota patronal; gerenciamento de risco e controle médico de saúde e ocupacional; assessoria e vistoria de segurança do trabalho.

### **17.1.2. Diárias e ajuda de custo**

-Diárias e ajuda de custo, dentro e fora do Estado;

### **17.1.3. Serviços de Terceiros Pessoa Física**

-Remuneração de serviços de natureza eventual, inclusa cota patronal, conforme a demanda (serviços técnicos profissionais, instrutorias, palestrantes, recepcionistas, oficineiros, substituições e pessoal de apoio administrativo);

### **17.1.4. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica**

- Fornecimento de alimentação para eventos;
- Locação de espaço para eventos com serviços de alimentação, equipamento de multimídia e hospedagem, conforme demanda;
- Locação de veículo (mensal) sem motorista, com combustível, tipo caminhonete, gabinete dupla 4X4, com ar-condicionado;
- Serviço de confecção de material personalizado para eventos;
- Serviços gráficos, reprográficos e de serigrafia;
- Serviço de locação de equipamentos de comunicação e informática, rede e link;
- Serviços técnicos profissionais, assessorias, treinamentos e instrutorias.

#### **17.1.5. Material de Consumo**

- Material de expediente, material de TI e suprimentos de informática;
- Uniforme em geral.

### **18. DESPESAS INDIRETAS**

#### **18.2.1. Vantagens e vencimentos**

- Pessoal: Salários e encargos sobre a folha (encargos sociais, rescisões, atestado médico, 13º salário, férias, abono pecuniário, vale-transporte e vale-alimentação); substituições; repactuação anual dos salários e vale-alimentação de acordo com a convenção coletiva de trabalho e disponibilidade orçamentária e financeira da SPS; cota patronal; gerenciamento de risco e controle médico de saúde e ocupacional; assessoria e vistoria de segurança do trabalho.

#### **18.2.2. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica**

- Fornecimento de alimentação para eventos;
- Locação de imóvel com e sem condomínio;
- Locação de veículos (mensal e diária) com e sem motorista e com e sem combustível;
- Serviço de locação de equipamentos de informática, rede e link;
- Serviços de apoio e infraestrutura logística e operacional;
- Serviços de pequenos reparos de bens moveis e imóveis;
- Serviços gráficos, reprográficos e de serigrafia;
- Serviços técnicos profissionais, assessorias, treinamentos e instrutorias.

#### **18.2.3. Material de Consumo**

- Caixa organizadora agrícola hortifruti;
- Material de expediente, material de TI e suprimentos de informática;
- Pallet de plástico, 1200 X 800, polietileno de alta densidade (PEAD);
- Uniforme em geral.

### **19 DA PARAMETRIZAÇÃO DO LOTE II -**

A OSC deverá apresentar o detalhamento das despesas, inclusive os custos indiretos, através de memória de cálculo, com informações suficientes para a aferição dos gastos, nos termos do item 6.4.1.1, “c”.

## 19.1 Parametrização - LOTE II

### DETALHAMENTO DAS DESPESAS DIRETAS

#### 1 VANTAGENS E VENCIMENTOS

- Pessoal: Salários e encargos sobre a folha (encargos sociais, rescisões, atestado medico, 13º salário, férias, abono pecuniário, vale-transporte e vale-alimentação); substituições; repactuação anual dos salários e vale-alimentação de acordo com a convenção coletiva de trabalho e disponibilidade orçamentária e financeira da SPS; cota patronal; gerenciamento de risco e controle médico de saúde e ocupacional; assessoria e vistoria de segurança do trabalho.

#### 1. VANTAGENS E VENCIMENTOS

##### 1.1. FOLHA DE PAGAMENTO

1.1.1. Cargo/Função	Turno	Qtde.	Vlr. Unitário por cargo/função			Total
			Sal. Base	ADC.NOT./DIÁRIAS SUP. 50%	Vr. Função	
Recepcionista	Diurno	1	R\$ 1.996,00	-		
Motorista Cat.A	Diurno	1	R\$ 1.750,00	-		
Motorista Cat.D	Diurno	1	R\$ 1.931,00	-		
Jornalista	Diurno	1	R\$ 3.703,00	-		
Editor de Vídeo	Diurno	1	R\$ 3.703,00	-		
Videomaker (cinematista)	Diurno	1	R\$ 3.703,00	-		
Assessor de Comunicação	Diurno	1	R\$ 6.000,00	-		
Auxiliar de Serviços Gerais	Diurno	2	R\$ 1.412,00	-		
Capatazia	Diurno	2	R\$ 1.412,00	-		
Gestor de Projetos	Diurno	1	R\$ 4.500,00	-		
Mestre de Cerimônia	Diurno	1	R\$ 4.500,00	-		
Supervisor Administrativo (40h/s)	Diurno	3	R\$ 3.703,00	-		
<b>1.1. SUBTOTAL</b>		<b>16</b>				<b>R\$ 582.516,00</b>

#### 1.2. Encargos Sociais

A - INSS (26,8%) S/ Vr Folha		156.114,29
B - FGTS ( 8,0% S/ Vr Folha)		46.601,28
C - PIS (1% s/ Vr. Folha + 1% s/ 1/2 de 13º + 1% s/ 1/3 Férias)		6.472,40
D - 13º Salário (Vr. Folha /12)		48.543,00
E - Férias 1/3 (33,33% s/folha /12)		16.181,00
F - INSS (1/12 13º e 1/3 Férias /26,8%)		17.346,03
G - FGTS S/ 1/3 de Férias (8,0% E)		1.294,48
H - FGTS S/13º. Salário (8,0% D)		3.883,44
I - VT (Vr VT x NVT x NP)-6% Desc Emp(p/mês)		(4.538,16)
J - VR (Vr (29,00) x (20) p/mês x nº Funcionários		122.496,00
<b>1.2. SUBTOTAL</b>		<b>R\$ 427.409,92</b>
<b>1.3 PREVISÃO DE RESCISÃO</b>		<b>PROJETO</b>
1.3.1. Férias vencidas	1/12.	
1.3.2. Multa rescisória	1/12.	
1.3.4. Atestado médico ADM (16 colaboradores)		
1.3.5. Atestado médico DEM (16 colaboradores)		
<b>1.3. SUBTOTAL</b>		<b>R\$ 70.534,68</b>
<b>TOTAL VANTAGENS E VENCIMENTOS</b>		<b>R\$ 1.080.460,60</b>
<b>2- DESPESAS</b>		<b>PROJETO</b>
<b>2.1. DIÁRIAS E AJUDAS DE CUSTO</b>		<b>R\$ 36.000,00</b>
Diária para colaboradores.		R\$ 36.000,00
<b>2.3. SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA</b>		<b>R\$ 18.720,00</b>
Remuneração de serviços de natureza eventual, incluso cota patronal (instrutoria, palestrantes, recepcionistas)		R\$ 18.720,00
<b>3.3. SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA</b>		<b>R\$ 676.964,90</b>
Fornecimento de alimentação para eventos.		R\$ 83.996,90
Locação de espaço para eventos e hospedagem.		R\$ 30.680,00
Locação de veículo, mensal, caminhonete 4X4, cabine dupla, com caombustível para 3.000km/mês		R\$ 145.308,00
Serviço de confecção de material personalizado para eventos.		R\$ 43.920,00
Serviço gráficos e reprográficos.		R\$ 75.460,00



Serviço de locação de equipamentos de comunicação e informática, rede, link.	R\$ 264.000,00
Serviços técnicos profissionais, assessoria, treinamentos e instrutoria	R\$ 33.600,00
<b>4.1. Material de Consumo</b>	<b>R\$ 47.955,82</b>
Material de expediente, material de TI e suprimento de informática, material didático e pedagógico.	R\$ 46.227,82
Uniforme em geral	R\$ 1.728,00
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>R\$ 779.640,72</b>
<b>5. Despesas indiretas</b>	<b>PROJETO</b>
<b>5.1. Vantagens e Vencimentos</b>	<b>R\$ 108.046,06</b>
Vantagens e Vencimentos	R\$ 108.046,06
<b>5.2. Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica</b>	<b>R\$ 67.696,49</b>
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	67.696,49
<b>5.3. Material de Consumo</b>	<b>R\$ 4.795,58</b>
Material de Consumo	4.795,58
<b>TOTAL DAS DESPESAS INDIRETAS</b>	<b>180.538,13</b>
<b>VALOR TOTAL DO PROJETO</b>	<b>PROJETO</b>
	<b>R\$ 2.040.639,45</b>

## ANEXO IV – PLANO DE TRABALHO

[TIMBRE DA OSC]

PLANO DE TRABALHO			
Nº do Edital de Chamamento Público:		Administração Pública:	
<b>I – DADOS CADASTRAIS</b>			
OSC Proponente:		CNPJ:	
Endereço:			
Cidade:	U.F:	CEP:	DDD/Fone:
Conta corrente:	Banco:	Agência:	Praça de pagamento:
Nome do representante legal:		RG/Órgão expedidor:	CPF:
Endereço:			
Cidade:	UF:	CEP:	DDD/Fone:
<b>II – IDENTIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO</b>			
Valor Global:		Data do Plano de Trabalho:	
<b>III – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO</b>			
Título do Projeto:			
Identificação do Objeto:			
Público-alvo:			
Justificativa da Proposição:			
<b>IV – PERÍODO DE EXECUÇÃO:</b>			
Início:		Término:	
<b>V – INDICADORES PARA AFERIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS</b>			
Parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas dos convênios ou instrumentos congêneres. Definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas das			

parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil.

## VI – METAS/ETAPAS DE EXECUÇÃO

META 1	INDICADOR FÍSICO		VALOR TOTAL	PERÍODO			
	UNIDADE	QUANTIDADE		DATA INICIAL	DATA FINAL		
Descrição da Meta				mm/aa	mm/aa		
ETAPA 1.1	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	DATA INICIAL	DATA FINAL		
Descrição da Etapa				mm/aa	mm/aa		
GASTOS PREVISTOS NA ETAPA 1.1							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	NATUREZA DA DESPESA * 1	NATUREZA DA DESPESA *2
ITEM 1.1.1							
ITEM 1.1.2							
META 2	INDICADOR FÍSICO		VALOR TOTAL	PERÍODO			
	UNIDADE	QUANTIDADE		DATA INICIAL	DATA FINAL		
Descrição da Meta				mm/aa	mm/aa		
ETAPA 2.1	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	DATA INICIAL	DATA FINAL		
Descrição da Etapa				mm/aa	mm/aa		
GASTOS PREVISTOS NA ETAPA 2.1							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	NATUREZA DA DESPESA * 1	NATUREZA DA DESPESA *2

ITEM 2.1.1							
ITEM 2.1.2							
TOTAL DE METAS							
VALOR GLOBAL DO PLANO DE TRABALHO							

**\*1 NATUREZA DA DESPESA:** Campo que indica a natureza do item. Domínio: Serviço de Terceiros Pessoa Física, Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica, Material de Consumo e outros.

**\*2 DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA:** Campo que indica outro tipo de despesa que não conste na lista anterior.

VII – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS				
Valor Total	Descrição: Natureza da despesa	%	Valor (R\$)	
TOTAL		100%		
CRONOGRAMA DE REPASSE	ANO		VALOR (R\$)	
Mês				
VALOR GLOBAL DO PROJETO				
VIII – CAPACIDADE INSTALADA (RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FÍSICOS)				
(Especificar instalações, equipamentos, mão de obra especializada a ser utilizada na execução dos serviços).				
VIII – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO				
AÇÕES	META 1	MM/AA	MM/AA	SOMA
		(Valor)	(Valor)	(Total mês)
	META 2	MM/AA	MM/AA	SOMA
TOTAL	(Total meta)			
IX – ASSINATURA DA OSC				

**LOCAL E DATA**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**REPRESENTANTE DA OSC**

**X – APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL E DATA**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**GESTOR / ORDENADOR DE DESPESA**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO (PLANO DE TRABALHO / ESTIMATIVA DE CUSTO)**

ELEMENTO DE DESPESA			
ITENS DE DESPESA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ELEMENTO DE DESPESA			
ITENS DE DESPESA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ELEMENTO DE DESPESA			
ITENS DE DESPESA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

## MEMÓRIA DE CÁLCULO (PESSOAL)

MANUTENÇÃO DO ZONA VIVA			TOTAIS				
			Mês		Projeto (12 meses)		
1. VANTAGENS E VENCIMENTOS							
1.1. FOLHA DE PAGAMENTO							
1.1.1. Cargo/Função	Turno	Qtde.	Vlr. Unitário por cargo/função			Mês	Totais
			Sal. Base	ADC.N OT./DI ÁRIAS SUP.	Vr. Função		
Supervisor administrativo - nível superior (40h/s)	Diurno	14					
Assistente administrativo - nível médio (40h/s)	Diurno	04					
Motorista - Categoria B (40h/s)	Diurno	02					
1.1. SUBTOTAL		20					
1.2. Encargos Sociais							
A - INSS (26,8%) S/ Vr Folha							
B - FGTS ( 8,0% S/ Vr Folha)							
C - PIS (1% s/ Vr. Folha + 1% <sup>s</sup> 1/2 de 13 <sup>a</sup> +1% <sup>s</sup> 1/3Férias)							
D - 13o Salário (Vr. Folha /12)							
E - Ferias 1/3 (33,33% s/folha /12)							
F - INSS (1/12 13o e 1/3 Férias /26,8%)							
G - FGTS S/ 1/3 de Férias (8,0% E)							
H - FGTS S/13o. Salário (8,0% D)							
I - VT (Vr VT x NVT x NP)-6% Desc Emp(p/mês)							
J - VR (Vr (16,00) x (20) p/mês x n° Funcionários							
1.2. SUBTOTAL							
1.3 PREVISÃO DE RESCISÃO			MÊS			PROJETO	
1.3.1. Férias vencidas	1/12.						
1.3.2. Multa rescisória	1/12.						
1.3.4. Atestado médico ADM (20 colaboradores) valor: R\$ 20,00							
1.3.5. Atestado médico DEM (20 colaboradores) valor: R\$ 20,00							
1.3. SUBTOTAL							
TOTAL VANTAGENS E VENCIMENTOS							
2- DESPESAS			MÊS			PROJETO	
2.2. Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica			R\$			R\$	
2.3. Serviço de Terceiros Pessoa Física			R\$			R\$	
2.4. Material de Consumo			R\$			R\$	
2.6 Equipamento e Material Permanente			R\$			R\$	
Equipamento e Material Permanente							
TOTAL DAS DESPESAS			-			-	
TOTAL DESPESAS DIRETAS			R\$			R\$	
3. Despesas indiretas			MÊS			PROJETO	
3.1. Vantagens e Vencimentos						R\$ -	
3.2. Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica			R\$ -			R\$ -	
3.3. Material de Consumo			R\$ -			R\$ -	
3.4. Serviços de Terceiros Pessoa Física			R\$ -			R\$ -	
TOTAL DAS DESPESAS INDIRETAS			-			-	
VALOR TOTAL DO PROJETO			MÊS			PROJETO	
			R\$ -			R\$ -	



**ANEXO V – RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES DA ENTIDADE**

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial

## **ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE REGULARIDADE CADASTRAL**

O (A) ....., inscrito (a) no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal, que não se enquadra nas vedações contidas nos incisos IV a VIII do §1º do art. 16, do Decreto Estadual nº 32.810/2018, abaixo indicados:

“Art. 16. A condição de regularidade cadastral da organização da sociedade civil será atribuída, mediante a verificação da compatibilidade das informações com os Documentos de Comprovação de Regularidade estabelecidos na Parte II do Anexo Único deste Decreto, pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, ou pelo órgão ou a entidade a quem ela delegue esta competência.

§1º Além do disposto no caput, a atribuição da regularidade cadastral da organização da sociedade civil está condicionada ao atendimento das seguintes exigências:

[...]

IV – não tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

V – não tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

VI – não tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) suspensão temporária, determinada por órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com estes, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea c.

VII – não tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VIII – não tenha como dirigente ou responsável legal pessoa:

- a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.”

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## **ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA**

O (A) ....., inscrito (a) no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal, para fins do disposto no inciso IV do art. 47 do Decreto nº 32.810/2018, que possui as instalações e outras condições materiais, necessárias à execução do objeto da parceria, ou sobre a previsão de contratar ou adquirir.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 17.207/2020**

O (A) ....., inscrito (a) no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal, que a OSC não incorreu em infração civil no que tange à divulgação, por meio eletrônico ou similar, de notícias falsas sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado do Ceará.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## ANEXO IX – MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº \_\_\_\_\_/2024  
SACC nº \_\_\_\_\_  
PR nº \_\_\_\_\_

### **TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, E A XXXXXXXXXXXX, PARA O FIM NELE INDICADO.**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, inscrita no CNPJ sob o nº 08.675.169/0001-53, com sede na Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora, Fortaleza-CE, CEP nº 60130-160, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e o(a) XXXXXXXXXXXX, inscrito (a) no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX, XXXXXX-XX, doravante denominado(a) **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, neste ato representado(a) por seu Presidente, XXXXX, RG nº XXXXX, CPF nº XXXXX, resolvem firmar o presente Termo de Colaboração, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada e consolidada, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, da Constituição do Estado do Ceará de 1989, da Lei Ordinária Estadual nº 15.175/2012, da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações, do Decreto Estadual nº 32.810/2018, da Lei Estadual nº 18.430/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024), do Edital de Chamamento Público nº XX/XXXX, através do Processo Administrativo nº XXXXXX/XXXX, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente Termo de Colaboração a execução do **Projeto de desenvolvimento de ações de apoio à SPS, na operacionalização do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, no assessoramento aos municípios, a capacitação das equipes estadual e municipais responsáveis pela operacionalização e o acompanhamento das famílias beneficiadas pelos programas da SPS, em especial o combate à fome**, credenciado e executado conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.1.** A Administração Pública, por força deste Termo de Colaboração, transferirá à Organização da Sociedade Civil recursos financeiros no valor total de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX), conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, que correrão por conta da(s) seguinte(s) classificação(ões) orçamentária(s): XXXXXXXXXXXXXXXX

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRAPARTIDA**

**3.1.** Não será exigida contrapartida da organização da sociedade civil para esta Colaboração, por força da faculdade disposta nos Arts. 35, §1º da Lei Federal nº 13.019/2014.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

**4.1.** O presente Termo de Colaboração terá vigência iniciada na data de sua assinatura, expirando sua validade em XX de XXXXXX de XXXX, podendo ser alterada através de Termo Aditivo, por

expressa manifestação e anuência das partes, devendo tal interesse ser apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO**

**5.1.** O atraso na liberação dos recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, motivado exclusivamente pela Administração Pública, ensejará a prorrogação de ofício, em prazo correspondente ao período do atraso, configurando atraso também a liberação parcial de valores previstos no cronograma de desembolso;

**5.2.** A prorrogação de ofício, de que trata o item 5.1, dar-se-á por meio de apostilamento e deverá ser efetivado na vigência do Termo de Colaboração, assegurada a publicidade prevista no Portal da Transparência do Estado.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**6.1.** Compete à Administração Pública:

- a) proceder à liberação de recursos financeiros obedecendo o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho aprovado e assinado, observando a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- b) exigir, por ocasião de cada repasse financeiro à organização da sociedade civil, comprovação da situação de regularidade cadastral e adimplência, na forma da lei;
- c) certificar-se de que a organização da sociedade civil está adimplente em relação à prestação de contas de recursos recebidos junto a outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual;
- d) transferir ou assumir a responsabilidade pelo Termo de Colaboração, no caso de paralisação ou fato relevante que venha a ocorrer, com o fim de evitar a descontinuidade dos serviços;
- e) acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as metas a serem executadas pela organização da sociedade civil, zelando pelo cumprimento de todas as suas cláusulas, através de procedimentos que visem o desenvolvimento técnico pedagógico, designados pela Secretaria;
- f) fixar e dar ciência à organização da sociedade civil dos procedimentos técnicos e operacionais que regem a execução do objeto deste instrumento, apoiando a execução dos mesmos e prestando a necessária assistência à organização da sociedade civil;
- g) constituir comissão de monitoramento e avaliação responsável pelo monitoramento da execução e avaliação dos resultados das parcerias, a ser designada em ato específico, nos termos do art. 2º, XI c/c art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- h) analisar, na forma da lei, a prestação de contas anual e final apresentadas pela organização da sociedade civil;
- i) permitir livre acesso dos agentes do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

**6.2.** Compete à Organização da Sociedade Civil:

- a) realizar a execução física do objeto pactuado, observadas as condições estabelecidas no Plano de Trabalho;
- b) comprovar a boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos em conformidade com o Plano de Trabalho;
- c) sob a orientação da Administração Pública, gerenciar e coordenar as ações concernentes ao objeto do presente Instrumento;
- d) comprovar à Administração Pública a situação de regularidade cadastral e adimplência, na ocasião de cada repasse financeiro, na forma da lei;
- e) manter-se adimplente durante toda a execução do instrumento e atualizadas as informações cadastrais junto à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, para fins de submissão de planos de trabalho, celebração de parcerias, inclusive aditivos de valor, e recebimento de recursos financeiros;



- f) disponibilizar ao cidadão, na rede mundial de computadores, ou na falta desta, em sua sede, informações referentes à parcela dos recursos financeiros recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigados;
- g) apresentar os documentos de liquidação constantes nos Arts. 90 e 91 do Decreto Estadual nº 32.810/2018, bem como encaminhar à Administração Pública os seguintes documentos:
- g.1) Relatório Parcial de Execução do Objeto, a cada 60 (sessenta) dias, contados da primeira liberação de recursos da parceria, respeitando o prazo de envio do Relatório Final de Execução do Objeto;
  - g.2) Relatório Final de Execução do Objeto, até 30 (trinta) dias após o término da vigência da parceria.
- h) responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- i) responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto do presente Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública estadual à inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição a sua execução;
- j) estabelecer os procedimentos através dos quais se darão as aquisições e contratações de bens e serviços por meio da presente parceria.
- j.1) Para fins de comprovação da realização do procedimento de aquisição e da efetiva contratação, a organização da sociedade civil deverá apresentar à SPS a documentação pertinente ao procedimento adotado.
- k) realizar as contratações de bens e serviços com o uso de recursos transferidos por meio desta parceria em observância dos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da razoabilidade e do julgamento objetivo, buscando permanente qualidade e durabilidade;
- l) observar como valores máximos para as aquisições de bens e serviços o valor aprovado no Plano de Trabalho;
- m) receber do fornecedor de bens e serviços os seguintes documentos:
- m.1) No caso de pessoa jurídica:
    - a) Certidão de tributos federais;
    - b) Certidão de regularidade junto às Fazendas Municipal e Estadual da sede do fornecedor;
    - c) Certidão de regularidade do FGTS;
    - d) Certidão de Débitos Trabalhistas.
  - m.2) No caso de pessoa física:
    - a) Documento de Identidade;
    - b) CPF;
    - c) Comprovante de residência;
    - d) Comprovante de inscrição municipal e previdência social, se for o caso.
  - m.3) A critério da Administração Pública ou da OSC, além da documentação prevista nas alíneas “m.1” e “m.2”, poderá ser exigida a comprovação da qualificação técnica ou financeira do fornecedor.
- n) manter arquivo individualizado de toda documentação original que comprove a execução e a boa e regular aplicação dos recursos recebidos e das despesas realizadas em virtude deste instrumento, os quais permanecerão à disposição da concedente e dos órgãos de controle interno e externo pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da apresentação da prestação de contas, se tiver sido aprovada, ou da data de regularização da prestação de contas inicialmente reprovada;
- o) propiciar aos técnicos credenciados pela Administração Pública todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, à supervisão, ao controle e à fiscalização da execução deste Colaboração;

- p) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste instrumento, para fins de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- q) manter os recursos repassados em conta específica do termo de Colaboração, aberta em instituição bancária oficial, somente podendo movimentá-los nos casos expressamente previstos neste instrumento e na legislação aplicada;
- r) divulgar em seu sítio oficial e em local visível as parcerias com a administração pública, nos termos do art. 11 da lei Federal nº 13.019/2014;
- s) adotar todas as medidas necessárias ao bom desempenho da execução deste Termo de Colaboração, zelando pelo funcionamento e manutenção do material permanente e das instalações físicas, não permitindo o uso indevido dos equipamentos por pessoas estranhas e responsabilizando-se pela permanência dos mesmos no local;
- t) permitir livre acesso dos agentes da Administração Pública Estadual, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- u) observar, quando da contratação da equipe técnica encarregada da execução do projeto, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), bem como os pisos salariais das categorias contratadas.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS**

**7.1.** A liberação de recursos financeiros será realizada em conta bancária específica aberta na instituição financeira pública, operadora do sistema E-PARCELIAS, devendo obedecer ao cronograma de desembolso do Plano de Trabalho e estando condicionada ao atendimento pela organização da sociedade civil e pelo interveniente, quando este assumir a execução do objeto, dos seguintes requisitos:

- a) regularidade cadastral;
- b) situação de adimplência;
- c) comprovação de depósito da contrapartida, quando for o caso.

**7.2.** A liberação de recursos financeiros previstos no item 7.1 será precedida de autorização do ordenador de despesas do órgão concedente.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS**

**8.1.** Compete à organização da sociedade civil realizar a movimentação dos recursos financeiros liberados pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual, o que somente poderá ocorrer para atendimento das seguintes finalidades:

- a) pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho;
- b) ressarcimento de valores;
- c) aplicação no mercado financeiro.

**8.2.** A movimentação dos recursos da conta específica da parceria para pagamento de despesas e ressarcimento de valores será efetuada por meio de Ordem Bancária de Transferência – OBT, emitida pelo sistema corporativo de gestão das parcerias.

**8.3.** A movimentação de recursos prevista no item 8.1 deverá ser comprovada à Administração Pública mediante a apresentação de extrato bancário da conta específica do instrumento, a cada 60 (sessenta) dias contados da primeira liberação de recursos da parceria, e de comprovante de recolhimento dos saldos remanescentes, até 30 (trinta) dias após o término da vigência da parceria.

**8.4.** O extrato bancário de que trata o item anterior contemplará a movimentação financeira referente ao período compreendido entre a data da primeira liberação de recursos e o quinto dia útil imediatamente anterior ao final do referido prazo de apresentação, cumulativamente.

#### **CLÁUSULA NONA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO MERCADO FINANCEIRO**

**9.1.** Os recursos da parceria serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida

pública, enquanto não empregados na sua finalidade, na mesma instituição bancária da conta específica do instrumento de parceria.

**9.2.** Os rendimentos das aplicações financeiras poderão ser aplicados na execução do objeto do instrumento mediante prévia alteração do Plano de Trabalho, formalizada por meio de celebração de Termo Aditivo, nos termos do parágrafo único do artigo 95 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

**10.1.** O ressarcimento de valores compreende a devolução:

- a) de saldo remanescente, a título de restituição;
- b) decorrente de glosa efetuada quando do monitoramento durante a execução do instrumento celebrado;
- c) decorrente de glosa efetuada quando da análise da prestação de contas.

**10.2.** A devolução de saldo remanescente de que trata a alínea “a” do item 10.1 deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da vigência ou a rescisão do Termo de Colaboração, mediante recolhimento ao Estado, observada a proporcionalidade dos recursos financeiros transferidos, incluídos os valores provenientes de receitas obtidas em aplicações financeiras, se houver, nos termos do Art. 94, §1º do Decreto Estadual n.º 32.810/2018.

**10.3.** A devolução decorrente de glosas de que trata a alínea “b” do item 10.1 deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento pela organização da sociedade civil da notificação encaminhada pela Administração Pública, por meio de depósito bancário na conta específica do Termo de Colaboração, nos termos do Art. 94, §2º do Decreto Estadual n.º 32.810/2018;

**10.4.** A devolução decorrente de glosas de que trata a alínea “c” do item 10.1 deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento pela organização da sociedade civil da notificação encaminhada pela Administração Pública, mediante recolhimento ao Estado, nos termos do Art. 94, §3º do Decreto Estadual n.º 32.810/2018;

**10.5.** O valor das glosas de que tratam as alíneas “b” e “c” do item 10.1 deverá ser devolvido atualizado monetariamente pela taxa IPCA;

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**11.1.** Compete à organização da sociedade civil comprovar a boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos através deste Termo de Colaboração mediante apresentação de Prestação de Contas.

**11.2.** A prestação de contas encaminhada pela organização da sociedade civil deverá observar as regras previstas no Decreto Estadual nº 32.810/2018 e conter elementos que permitam ao gestor do instrumento concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado.

**11.2.1.** Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente;

**11.2.2.** Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes;

**11.2.3.** A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

**11.3.** Compete à organização da sociedade civil apresentar a prestação de contas final no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento da vigência, mediante os seguintes procedimentos:

- a) apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto;
- b) devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, nos termos do item 10.2;
- c) apresentação do extrato da movimentação bancária da conta específica do instrumento.

**11.4.** Na hipótese de descumprimento de metas ou dos resultados estabelecidos no plano de trabalho, a organização da sociedade civil, além do disposto no item 11.3, deverá apresentar relatório de execução financeira, gerado pelo sistema corporativo de gestão das parcerias, contendo a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto.

**11.5.** O não cumprimento dos procedimentos indicados no item 11.3 ensejará a inadimplência da organização da sociedade civil e a instauração de Tomada de Contas Especial, de acordo com o disposto no regulamento do Tribunal de Contas do Estado.

**11.6.** A prestação de contas anual, ou final, será realizada pelo gestor do instrumento no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação pela organização da sociedade civil.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE DOS BENS REMANESCENTES**

**12.1.** Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério da Administração Pública, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO MONITORAMENTO**

**13.1.** O monitoramento da execução de instrumentos de parceria será realizado pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual, com vistas a garantir a regularidade dos atos praticados e a adequada execução do objeto, nos termos do Art. 43 da Lei Complementar nº 119/ 2012, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo.

**13.2.** O monitoramento de que trata a cláusula 13.1 é de responsabilidade do servidor designado como gestor do instrumento, e será realizado tendo como base o instrumento celebrado, o Plano de Trabalho e o correspondente cronograma de execução do objeto e de desembolso de recursos financeiros.

**13.3.** O atraso superior a 30 (trinta) dias na realização das atividades de monitoramento, ensejará a proibição de celebração de novos convênios e instrumentos congêneres pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual concedente, até a sua realização, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 44 da Lei Complementar nº 119/2012.

**13.4.** O monitoramento compreenderá as atividades de acompanhamento e fiscalização.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO**

**14.1.** Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução do Termo de Colaboração será acompanhada por representante da Administração Pública, ficando designado como gestor(a) do presente instrumento o(a) Sr(a). XXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXX e na Matrícula Funcional nº XXXXXXXX, ao(a) qual compete:

- a) avaliar os produtos e os resultados da parceria;
- b) verificar a regularidade no pagamento das despesas, ressarcimento e da aplicação das parcelas dos recursos transferidos;
- c) registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, inclusive as apontadas pela fiscalização;
- d) suspender a liberação dos recursos financeiros e o pagamento de despesas do instrumento diante da constatação de irregularidades decorrentes do uso inadequado de recursos ou de pendências de ordem técnica;
- e) notificar a organização da sociedade civil, estabelecendo prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, para prestar esclarecimento ou sanear as irregularidades ou pendências detectadas;
- f) analisar, no prazo de até 30 (trinta) dias, os esclarecimentos apresentados ou o saneamento das pendências pela organização da sociedade civil;
- g) quantificar e glosar, no prazo de até 15 (quinze) dias, os valores correspondentes às irregularidades ou pendências não saneadas pela organização da sociedade civil;
- h) notificar a organização da sociedade civil para ressarcimento do valor glosado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação;
- i) registrar a inadimplência da organização da sociedade civil e dar ciência ao ordenador de despesa com vistas à rescisão do Termo de Colaboração e à instauração da Tomada de Contas Especial, findo o prazo para ressarcimento do valor glosado, sem que este tenha sido realizado;

j) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, nos termos dos artigos 101 e 102 do Decreto Estadual nº 32.810/2018;

k) analisar a prestação de contas anual ou final, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação pela organização da sociedade civil;

l) emitir parecer conclusivo da prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, nos termos do artigo 118 do Decreto Estadual nº 32.810/2018;

m) emitir Termo de Conclusão do instrumento, quando da aprovação da prestação de contas.

**14.2.** O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o Plano de Trabalho e o correspondente cronograma de execução do objeto e de desembolso de recursos financeiros;

**14.3.** O gestor poderá solicitar esclarecimentos acerca de quaisquer indícios de irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem financeira, técnica ou legal;

**14.4.** Caso não haja o saneamento da pendência no prazo fixado, o gestor deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias:

a) Quantificar e glosar o valor correspondente à pendência;

b) Notificar a organização da sociedade civil para ressarcimento do valor glosado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação.

**14.5.** O não atendimento pela organização da sociedade civil do disposto na alínea “b” do item 14.4 ensejará a rescisão do instrumento, a inadimplência e a instauração de Tomada de Contas Especial;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a fiscalização do Termo de Colaboração será realizada por representante da Administração Pública, ficando designado como fiscal do presente instrumento o(a) Sr(a). XXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXX e na Matrícula Funcional nº XXXXXX, ao(a) qual compete:

a) visitar o local de execução do objeto;

b) atestar a execução do objeto;

c) registrar quaisquer irregularidades detectadas na execução física do objeto;

d) emitir Termo de Fiscalização, com a constatação do alcance das metas referentes ao período e a indicação do percentual de execução, podendo ser anexados documentos de comprovação da execução, como listas de presença, fotos, vídeos, relatórios técnicos, medições de obras e serviços, publicações, certificados expedidos por organizadores de eventos, dentre outros;

e) emitir Termo de Aceitação Definitiva do Objeto até 60 (sessenta) dias após o término da vigência da parceria.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** Pela execução do instrumento em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal nº13.019/2014, da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações, do Decreto nº 32.810/2018 e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar convênio, instrumento congênere, ou contrato com órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

c) Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar convênio, instrumento congênere, ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o conveniente ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “b” do item 16.1.



**16.2.** As sanções estabelecidas são de competência exclusiva de Secretário de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de aplicação da penalidade.

**16.3.** Prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidades decorrentes de infrações relacionadas à execução dos instrumentos, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

**16.4.** A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

**16.5.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**17.1.** Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre os partícipes, unilateralmente pela Administração Pública ou em decorrência de determinação judicial.

**17.2.** A rescisão amigável por acordo entre as partes e a rescisão determinada pela Administração Pública por meio de ato unilateral serão formalmente motivadas nos autos do processo.

**17.3.** A intenção de rescisão amigável, por acordo entre as partes, deverá ser manifestada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência, definindo as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades.

**17.4.** A rescisão unilateral poderá se dar nas situações previstas no Art. 105, §2º do Decreto Estadual nº 32.810/2018, devendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**17.5.** A rescisão implica o final da vigência do instrumento, independente do motivo que a originou.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES**

**18.1.** A Administração Pública poderá autorizar ou propor a alteração deste instrumento, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto.

**18.2.** A alteração, de que trata o item 18.1, será formalizada por meio de apostilamento ou termo aditivo, durante a vigência do instrumento, assegurada a publicidade prevista na legislação competente.

**18.3.** Para a celebração de aditivos de valor será exigida a regularidade cadastral e a adimplência da organização da sociedade civil e do interveniente, quando este assumir a execução do objeto.

**18.4.** Este instrumento deverá ser alterado por apostilamento, nas hipóteses de:

- a) remanejamento de recursos sem a alteração do valor total;
- b) ajustes da execução do objeto da parceria no Plano de Trabalho;
- c) prorrogação de ofício, nos termos da cláusula quinta;
- d) alteração da classificação orçamentária;
- e) alteração do gestor e do fiscal do instrumento.

**18.5.** As hipóteses previstas nas alíneas “c”, “d” e “e” do item 18.4 se darão independentemente de anuência da organização da sociedade civil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA PUBLICIDADE**

**19.1.** Caberá à Administração Pública realizar a publicação deste Termo de Colaboração no Diário Oficial do Estado do Ceará, atendendo ao disposto na Lei Federal nº13.019/2014, na Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e no Decreto Estadual nº 32.810/2018.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS VEDAÇÕES**

**20.1.** É vedada a utilização de recursos transferidos para a execução de objeto diverso do pactuado e para pagamento de despesas com:

- a) taxa de administração, de gerência ou similar, salvo situações específicas previstas em regulamento.
- b) remuneração, a qualquer título, a servidor ou empregado público ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas

em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por serviços de consultoria, assistência técnica, gratificação ou qualquer espécie de remuneração adicional.

c) multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos e recolhimentos fora dos prazos, exceto quando decorrer de atraso na liberação de recursos financeiros, motivado exclusivamente pela Administração Pública.

d) clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres, cujos dirigentes ou controladores sejam agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do gestor do órgão responsável para celebração da colaboração.

e) publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, relacionadas com o objeto do instrumento, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores da Administração Pública, da organização da sociedade civil e do interveniente.

f) bens e serviços fornecidos pela organização da sociedade civil e interveniente, seus dirigentes ou responsáveis, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**20.2.** É vedado o pagamento de despesas referentes a ações executadas antes ou após a vigência do Termo de Colaboração, podendo o pagamento ser realizado, excepcionalmente, após a vigência do instrumento desde que a execução tenha se dado durante a vigência do mesmo, observados o limite do saldo remanescente e o prazo estabelecido no inciso I do Art. 55 da Lei Complementar Estadual n.º 119/2012.

**20.3.** É vedado o pagamento de despesas referentes a bens ou serviços que tenham sido adquiridos ou prestados antes ou após a vigência do instrumento da parceria.

**20.4.** É vedado o pagamento, a qualquer título, a pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais ou ocultação de bens, direitos e valores.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DO FORO**

**21.1.** Na forma do Artigo 54, X, do Decreto Estadual n.º 32.810/2018, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste termo, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o Foro de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

E, por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza, XX de XXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXX  
Secretaria da Proteção Social  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

XXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXX  
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL